

EVALDO FONSECA MAGALHÃES

**OS JORNALISTAS DO “ESTADO DE MINAS” E O USO DA
INTERNET COMO FONTE DE PESQUISA NO TRABALHO**

Belo Horizonte

Escola de Ciência da Informação da UFMG

2005

EVALDO FONSECA MAGALHÃES

**OS JORNALISTAS DO “ESTADO DE MINAS” E O USO DA
INTERNET COMO FONTE DE PESQUISA NO TRABALHO**

**Dissertação de mestrado, submetida
ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Escola de
Ciência da Informação da
Universidade Federal de Minas
Gerais, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em
Ciência da Informação.**

**Linha de Pesquisa: Informação,
Cultura e Sociedade.**

**Orientadora: Prof^a Maria Eugênia
Albino Andrade.**

**Belo Horizonte
Escola de Ciência da Informação da UFMG
2005**

Agradecimentos:

Em primeiro lugar, a Deus, pela serenidade que me deu nos muitos momentos críticos desta longa trajetória.

À minha esposa, Lílian, e às minhas filhas, Luísa e Nina, pela paciência, pelo auxílio na pesquisa, pelos sacrifícios, pelo carinho e pela compreensão.

Aos amigos especiais, sem a ajuda dos quais a tarefa jamais seria cumprida.

À minha mãe, pelo amor que me inspira, e ao meu pai, pela constante presença, em mente, coração e espírito.

Aos meus irmãos, pelo pensamento sempre positivo.

À professora Maria Eugênia, pela correção de rumos e pela inteligência, que muito me estimulou.

À secretária Viviany Maria Braga de Carvalho, por ser uma das pessoas mais gentis que já conheci.

A todos os professores, colegas e funcionários da Pós-Graduação, que me ajudaram com informações, esclarecimentos e idéias.

“Quando a montanha acabar, continue subindo.”

Provérbio zen-budista

“Junte um modem a um computador com um pesquisador habilitado em buscas em bancos de dados e os repórteres descobrem recursos de informação sem rival.”

Barbara Semonche

OS JORNALISTAS DO “ESTADO DE MINAS” E O USO DA INTERNET COMO FONTE DE PESQUISA NO TRABALHO

Evaldo Fonseca Magalhães

RESUMO:

Esta dissertação é um estudo de usuários de informação e trata da utilização da internet no trabalho pelos jornalistas do jornal “Estado de Minas”, de Belo Horizonte. O estudo de caso foi realizado entre agosto de 2004 e janeiro de 2005. Questiona como os profissionais pesquisados adotam a rede mundial de computadores e seus recursos de pesquisa para a obtenção de informações que lhes permitam formular temas para cobertura, além de contextualizar e aprofundar os assuntos que se tornam notícia no referido periódico. Analisa ainda a confiabilidade e credibilidade das informações retiradas da internet, na visão dos profissionais, e verifica se eles fazem ou não a checagem, por outros meios, do material conseguido na rede. Também traça um panorama da reestruturação trabalhista no mundo globalizado, dos efeitos da implantação de novas tecnologias da informação e do ambiente organizacional da redação, tendo em vista a inserção dos jornalistas neste contexto. Os resultados produzidos pela pesquisa levam à conclusão de que a internet, embora considerada de grande importância como fonte de pesquisa no trabalho jornalístico, ainda é vista com desconfiança pelos profissionais, no que tange à qualidade das informações oferecidas. E que o fator tempo, condicionante do processo produtivo de notícias, faz com que essa suposta fragilidade seja desconsiderada, em muitos casos.

**THE JOURNALISTS OF “ESTADO DE MINAS” AND THE USE OF
INTERNET AS A SOURCE OF RESEARCH**

Evaldo Fonseca Magalhães

ABSTRACT

This dissertation is a study of users of information and deals with the use of internet during work activities by journalists of the newspaper “Estado de Minas”, from Belo Horizonte. The case study was conducted between august’2004 and january’2005. It questions how the users adopt the World Wide Web and its tools to obtain information that allows them to formulate themes to daily covering, contextualize and deepen the subjects that will become news. Moreover it analyses credibility and confiability of information gathered with internet tools, according to the journalists, and verify whether they check or not, by others means, the material obtained this way. It also describes the recent world productive reestruturation, the effects of the implantation of new information technologies, the organizational environment in the newsroom and the presence of journalists in this context. The results indicate that the internet, although being considered very important as a research system in a newsroom, still causes concern among professionals, regarding the quality of information found. Time pressure is as important factor in the production process of the news and, in many cases, causes this concern to be desconsidered.

Lista de Gráficos

1-Freqüência de uso da internet no trabalho pelos jornalistas do “Estado de Minas”.....	79
2 -Onde os jornalistas encontram informações e idéias para as matérias que cobrem.....	81
3 -Onde os jornalistas encontram informações e idéias para as matérias que cobrem.....	83
4 -Motivo e freqüência para o uso da internet no trabalho.....	85
5 -Ferramentas que os jornalistas do “Estado de Minas” consideram mais importantes para o trabalho.....	89
6 -Freqüência de checagem de informações obtidas na internet por outros meios.....	89

Lista de Tabelas

1-Jornalistas do “Estado de Minas” pesquisados, por editoria.....	78
2-Motivos para checagem de informação obtida na internet – páginas confiáveis ou não e tempo disponível para tal procedimento.....	91
3-Motivos mais importantes para checagem de informações obtidas na internet, independentemente do tempo disponível para fazê-lo.....	93
4-Sites para pesquisa, jornalísticos e informativos mais usados pelos jornalistas do “Estado de Minas”.....	95
5-Sites mais acessados pelos jornalistas do “Estado de Minas”, por tipo de conteúdo.....	96
6-Contribuições da internet mais importantes para o trabalho jornalístico, na opinião dos jornalistas do “Estado de Minas”.....	98
7- As três principais desvantagens da internet para o trabalho jornalístico, na opinião dos jornalistas do “Estado de Minas”.....	100
8- Classificação das habilidades de busca de busca e recuperação de informação na internet pelos jornalistas.....	101

SUMÁRIO

1 Introdução	8
1.1 Problema de pesquisa.....	10
1.2 Proposições de pesquisa.....	16
2 Revisão de Literatura.....	19
2.1 Estudos de Usuários da Informação.....	19
2.1.1 O Dilema entre os Modelos Tradicional e Alternativo.....	20
2.1.2 Conceitos de Informação e Necessidades de Informação.....	23
2.1.2.1 Informação.....	23
2.1.2.2 Necessidades de Informação.....	28
2.2 A Internet e os Jornalistas.....	30
2.2.1 A Internet – Do Projeto Militar à Popularização.....	31
2.2.2 Mudança de Paradigma para os Jornalistas.....	34
2.2.3 A Internet como Fonte de Pesquisa no Trabalho Jornalístico.....	39
2.3 O Mundo do Trabalho e os Jornalistas.....	44
2.3.1 De Artesãos a Trabalhadores sem Saber.....	45
2.3.1.1 Taylorismo.....	47
2.3.1.2 Fordismo.....	48
2.3.1.3 Toyotismo e Pós-Fordismo.....	49
2.3.2 Jornalistas Brasileiros, Flexibilização e Reestruturação Trabalhista.....	52
3 Metodologia.....	59
4 Descrição do Estado de Minas – A Empresa e o Ambiente Organizacional.....	63
4.1 O “Grande Jornal dos Mineiros”.....	63
4.2 O Ambiente Organizacional na Redação e o Uso da Internet.....	65
4.2.1 Rotina na Editoria “Gerais” – Relações de Trabalho e Tomadas de Decisão.....	67
5 Apresentação e Análise dos Resultados.....	77
5.1 O Uso da Internet como Ferramenta de Trabalho na Redação – Intensidade, Propósitos, Intranet e Mudanças nas Fontes Tradicionais.....	79
5.2 Necessidade de Checagem de Informações.....	89
5.3 Sites e Páginas Mais Visitados.....	93
5.4 Conhecimento sobre sites especializados para Jornalistas.....	97
5.5 Vantagens e Desvantagens da Internet para os Jornalistas.....	97
5.6 Habilidade para Busca e Recuperação de Informações na Internet.....	100
5.7 Comentários dos Jornalistas.....	102
6 Conclusões e Sugestões para Futuros Trabalhos.....	108
6.1 Sugestões.....	111
7 Referências Bibliográficas.....	113
8 Anexo	118

1 INTRODUÇÃO

O advento do mundo digital, fruto de grandes avanços tecnológicos, particularmente no campo da informação e surgidos a partir da segunda metade do século XX, tem provocado mudanças profundas na sociedade. No caso da comunicação social, essas alterações têm implicado, progressivamente, a mudança de um cenário em que vinham imperando os chamados *mass media*, os meios de comunicação de massa, para outro bastante singular, no qual se destacam formas diferenciadas e mesmo individualizadas de produção, difusão e armazenamento de informação.

Surgiram não simplesmente novos meios e leituras do que seja e de como se dá a comunicação entre os seres humanos, mas também uma inovadora e importante referência, repleta de possibilidades para o viver e o estar no mundo. Pode-se dizer que surgiu, de fato, o ciberespaço, termo criado em 1984 pelo escritor de ficção científica norte-americano William Gibson, no livro “Neuromancer”¹, e, mais tarde, encampado tanto pela cultura popular quanto por teóricos e outros analistas da comunicação e da sociedade da informação.

Decorrente da interconexão mundial de computadores, o ciberespaço, conforme Lévy (1999), especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam por esse universo e o alimentam. Ainda segundo Lévy, pode-se observar, a partir

¹ “O ciberespaço. Uma alucinação consensual, vivida diariamente por bilhões de operadores legítimos, em todas as nações, por crianças a quem estão ensinando conceitos matemáticos... Uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de dados de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz alinhadas que abrangem o universo não-espaco da mente; nebulosas e constelações infundáveis de dados. Como luzes de cidade, retrocedendo” (GIBSON, 1984, p.56-57).

do desenvolvimento e consolidação das novas tecnologias de informação, particularmente do ciberespaço, a gênese e consolidação de uma comunicação social não apenas nos modelos “de um para todos” e “de todos para um”, mas também no “de todos para todos”.

As mudanças informacionais ocorridas a partir do estabelecimento do ciberespaço e do novo caldo cultural que tudo isso propiciou também têm contribuído para reestruturar a maneira como se deve tratar, em todos os campos da atividade humana, a informação e o conhecimento, hoje passíveis de digitalização, produção e disseminação on-line e em tempo real, e de processamento e recuperação, em razão, em larga medida, do uso cada vez mais amplo da rede mundial de computadores.

Essas transformações estão sendo acompanhadas por alterações igualmente profundas nas formas e conteúdos dos sistemas de gestão da informação e do conhecimento no interior das organizações, e por mudanças comportamentais, culturais e relativas ao trabalho das pessoas que usam esses sistemas. Novos paradigmas são estabelecidos para profissionais de praticamente todos os campos do fazer humano, incluindo os jornalistas e o jornalismo, que se beneficiam de maneira significativa da facilidade de acesso a múltiplos bancos de dados, pela internet, para pesquisas, comunicação e, conseqüentemente, para a produção de notícias.

1.1 Problema de pesquisa

No jornalismo, como em muitas outras áreas, observa-se o uso cada vez maior, sobretudo nas redações de jornais on-line e dos grandes jornais, rádios e TVs – principalmente, a partir da segunda metade da década de 1990 –, do ciberespaço, ou da internet e da World Wide Web, como referencial fundamental para o trabalho dos

profissionais. É quase impossível encontrar atualmente no Brasil, assim como em praticamente todo o globo, jornalistas que não usem a rede mundial de computadores, seu arcabouço quase ilimitado de informação e conhecimento e suas ferramentas de busca e recuperação de informações para produzir material jornalístico, com variada frequência.

Esta progressiva adoção da internet por jornalistas não se restringe à prática do jornalismo digital (ou jornalismo on-line), no qual ela é obviamente importante – assunto que tem sido objeto de várias pesquisas acadêmicas¹. Hoje, vê-se também nas redações dos jornais impressos, televisivos e radiofônicos os profissionais utilizando a internet com frequência crescente para realizar pesquisas e apurações de informações que servirão a seu trabalho.

A explicação da jornalista e doutora em jornalismo Heris Arnt, na apresentação do livro de Mannarino (2000), deixa bem claras essas duas vertentes:

“Há duas formas de abordar a tecnologia digital do ponto de vista do jornalismo: a primeira diz respeito à sua utilização como meio de transmissão da informação – através das edições digitais –; e a segunda, como fonte de informação, quer dizer, como meio de busca e pesquisa. O jornalista do futuro próximo será aquele que dominar os mecanismos de procura de dados na internet, que souber a achar a matéria-prima” (Arnt, in Mannarino, 2000, p. 9).

Não há, portanto, como negar que a internet facilita bastante os afazeres não apenas dos jornalistas de redações on-line, mas também dos profissionais de rádios, TVs e jornais

¹ Exemplos não faltam no próprio Brasil e uma amostra disso foi a criação, em 1995, do Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line (GJOL), iniciativa de professores da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom/UFBA) e integrante do Centro de Estudos de Cibercultura. O GJOL tem como objetivo realizar pesquisas e desenvolver inovação tecnológica de ponta no campo do jornalismo nas redes digitais. Núcleo de Excelência nesta área, o GJOL também lidera a rede latino-americana para o desenvolvimento de softwares jornalísticos para as redes de banda larga, financiada pelo CNPq e pela Fapesp.

impressos. Antes dela, os jornalistas tinham como recursos para obter informações, sobre os mais variados temas ou fatos, fontes que hoje podem ser classificadas como tradicionais de informação – pessoas, empresas ou órgãos públicos e instituições, oficiais, oficiosas ou independentes, conforme a maioria dos manuais de jornalismo (Machado, 2001), contatadas, geralmente, pessoalmente ou por telefone e por mensagens via fax. Os jornalistas também dispunham da possibilidade de fazer visitas a bancos de dados físicos, como arquivos públicos ou bibliotecas, para ampliar o conhecimento sobre o assunto a ser tratado em seu trabalho.

Atualmente, porém, diante dos benefícios e facilidades que a internet traz, os profissionais de imprensa não são mais obrigados a “suar a camisa” ou a “gastar tanta sola de sapato”, usando conhecidos jargões jornalísticos, para conseguir informações indispensáveis à sua produção. Da mesma forma, boa parte das conversas por telefone e da utilização dos aparelhos de fax e das correspondências em papel, para recebimento e troca de informações, estaria dando lugar nas redações à comunicação eminentemente eletrônica no processo de produção de notícias.

Como descreve Garrison (1999), no tocante à facilitação que a rede trouxe para os jornalistas como ambiente de eleição primária para a busca e recuperação de dados, hoje, esses profissionais:

“(…) freqüentemente usam a internet para encontrar informações governamentais locais, estaduais e federais. Também recorrem à Web (World Wide Web) para procurar outras informações e usar motores de busca e índices. Além disso, as pesquisas indicam, eles usam a Web para achar informações sobre negócios, para localizar referências difíceis de encontrar de outra maneira, identificar fontes em

potencial e proporcionar profundidade e contexto a suas coberturas” (Garrison, 1999, p. 4).

Outros fatores que indiscutivelmente explicam o uso quase obrigatório da internet por jornalistas são a redução de tempo que isso propicia no processo de produção de notícias e a autonomia que tal prática confere aos profissionais no trabalho de coleta e seleção de dados para suas matérias. Segundo Canavilhas (2004), no caso da economia de valiosas horas ou até de minutos e segundos pelos profissionais em seus processos produtivos, nas redações, percebemos que a internet:

“(...) entrou rapidamente nas rotinas de produção noticiosa, pois permitiu reduzir o tempo pesquisa que antecede qualquer trabalho. Com um vasto repositório de informação disponível 24 horas por dia e à distância de um simples gesto, tudo se tornou mais fácil” (Canavilhas, 2004, p. 2).

Mas, apesar desses e de outros avanços inquestionáveis que a internet tem incorporado ao trabalho jornalístico, poderia haver alguns problemas. Um deles seria que os métodos usados pelos profissionais, ao acionar a rede mundial de computadores em busca de informações, poderiam ser aplicados muitas vezes de forma inadequada. Em outras palavras, os jornalistas, de um modo geral, poderiam estar seguindo sistemas de pesquisa próprios, sem embasamento técnico ou científico, até pela falta de treinamento. Em alguns casos, esses sistemas se mostrariam mesmo equivocados, por desconhecimento de procedimentos até certo ponto simples que poderiam torná-los mais proveitosos.

Geralmente, o primeiro passo do jornalista, quando na busca de informações na internet para seu trabalho, é acessar *sites* ou páginas eletrônicas governamentais ou

pertencentes ou ligados a fontes tradicionais ou não de pesquisa, dependendo da informação que procuram. Quando não a encontram nos caminhos mais óbvios e, talvez, mais confiáveis, existentes na rede, costumam recorrer a motores de busca generalistas e inespecíficos, como o Google, campeão de acessos entre os mecanismos de busca. E quanto a tais motores de busca, é preciso destacar:

“(…) não organizam hierarquicamente as páginas que colecionam. Preocupam-se menos com a seletividade que com a abrangência de suas bases de dados, procurando colecionar o maior número possível de recursos através do uso de softwares chamados robôs” (Cendon, 2004).

Ao utilizar esses motores, como o faz qualquer internauta, os jornalistas, supõe-se, redigem palavras-chave ou frases entre aspas nos *boxes* de pesquisa, clicam o cursor do *mouse* em *search*, ou “buscar”, e, de novo como qualquer internauta, obtêm links para os mais variados documentos. Não é exagero supor também que os profissionais poderiam estar acessando esses links de maneira quase aleatória, baseando-se em resumos que dão precárias indicações de conteúdo sobre cada item encontrado.

Também seria válido imaginar que os jornalistas, na simples condição de internautas, poderiam estar se contentando, em muitos casos, com documentos incompletos, imprecisos, sem confiabilidade, muito menos adequados a seus propósitos do que os que poderiam obter pela internet se tais pesquisas fossem feitas de maneira mais acurada – bem como se fossem calcadas em um maior conhecimento de aspectos teóricos e técnicos da informática e, por que não dizer, da ciência da informação.

Outro possível problema seria o seguinte: alguns jornalistas poderiam fazer, após encontrar conteúdos que muitas vezes apenas se aproximam do que de fato precisavam, o

costumeiro “corta e cola”, nos editores de texto de seus computadores, de parte dos documentos para compor suas matérias, reportagens e artigos. E poderia ser comum, também, que não houvesse a preocupação de verificar a credibilidade das informações encontradas, o que, assim, violaria uma das regras fundamentais do trabalho jornalístico: a da checagem de dados.

Embora se saiba que o trabalho de pesquisa jornalística não é o igual ao trabalho de pesquisa em outros campos, como nos meios acadêmicos, por exemplo, o jornalista tem na execução de suas funções, talvez mais que profissionais de outras atividades, a imposição diária do horário, o condicionamento exagerado do tempo, a pressa do fechamento da edição. Isso poderia servir como justificativa à prática descrita no parágrafo acima?

Lévy (1999) fala de duas grandes atitudes opostas de navegação no ciberespaço para qualquer internauta, não especificamente do jornalista. A primeira é a “caçada”, quando se procura uma informação específica e precisa, que se deseja obter o mais rapidamente possível. A segunda é a “pilhagem”, quando se está vagamente interessado em algum assunto, pronto a se desviar a qualquer instante de acordo com o clima do momento, não sabendo exatamente o que se procuramos, “(...) mas acabando sempre por encontrar alguma coisa, derivamos de site em site, de link em link, recolhendo aqui e ali coisas do nosso interesse” (Lévy, 1999. p. 85).

Isso suscita uma reflexão pertinente: no uso da internet como fonte de pesquisa em seu trabalho, os jornalistas não poderiam ser uma mistura de caçadores e pilhadores?

Constatação que parece irrefutável é a de que uma das principais funções da internet é permitir o acesso a distância a indistintos tipos de bancos de dados. Afinal, no espaço sem fronteiras da sociedade digital, todos se tornam “mapeadores” de bits (Johnson, 2001). Mas o trabalho jornalístico busca, ou deveria buscar, sempre, a precisão informacional, a fonte

confiável, os dados verdadeiros. Em que medida informações obtidas pelos jornalistas na internet, por meio de motores de busca, por exemplo, como os que seriam comumente usados pelos profissionais, corresponderiam a essa premissa? O que os jornalistas fariam para assegurar a confiabilidade das informações obtidas na internet no dia-a-dia da redação?

1.2 Proposições da pesquisa

O exposto acima nos leva a formular algumas proposições. Uma delas é a de que, se o jornalista, assim como outros profissionais que têm na rede mundial de computadores ferramenta permanente de trabalho, não tiver uma formação adequada, dificilmente estará apto a produzir informação confiável a partir do material que encontra nesse ambiente informacional. Tal formação envolveria aspectos que vão desde a história e a cultura pessoais até o conhecimento de técnicas e caminhos específicos para fazer pesquisas em bancos de dados na internet.

Outra proposição é a de que o processo de produção de notícias, aliado às condições de trabalho e ao ambiente organizacional dos jornalistas, bem como à sua própria situação profissional, com salários insatisfatórios e sobrecarga de atribuições, poderia influenciar de maneira determinante o desempenho dos profissionais, no tocante à utilização das tecnologias de informação disponíveis – no caso, a internet.

O objetivo deste trabalho, portanto, é analisar de que maneira profissionais de veículos de imprensa tradicionais (não on-line), no caso, os do jornal “Estado de Minas”, usam a internet em pesquisas complementares ou mesmo primárias em suas apurações. As informações digitalizadas estariam substituindo informações obtidas anteriormente por

fontes tradicionais? Como os jornalistas classificariam seus métodos e procedimentos de busca e recuperação utilizados na internet para fazer tais pesquisas? A estrutura organizacional na qual estão inseridos poderia comprometer o resultado de seu trabalho, no tocante ao uso da internet?

Considerando que o trabalho jornalístico, como já mencionado, tem como fundamentos a busca pela precisão informacional, pela fonte confiável, pelos dados verdadeiros, em que medida os profissionais entenderiam que as informações disponíveis na internet e obtidas por eles correspondem a tais fundamentos? Esses profissionais teriam a preocupação de assegurar a confiabilidade das informações garimpadas no ciberespaço, sob pena de não usá-las, antes de divulgar os textos que constroem com esse auxílio? Este procedimento, que deveria ser obrigatório, segundo os manuais de jornalismo, é ou não é comum? Finalmente, é costumeiro entre os jornalistas fazer a checagem das informações obtidas por meios virtuais, mesmo as que considerem, de antemão, confiáveis?

Esta pesquisa, que se caracteriza como um estudo de usuários, é calcada na ciência da informação, particularmente nos estudos de necessidade, usos e usuários de informação, e diz respeito ao uso da internet no dia-a-dia da redação por repórteres, editores e subeditores do jornal “Estado de Minas”, de Belo Horizonte. Também tem como marco teórico aspectos relevantes da teoria do jornalismo e das discussões sobre a profissão e os processos produtivos dos jornalistas e a relação destes com a internet. Incluem-se nesse contexto a análise do processo de construção da notícia, a definição sobre fontes jornalísticas e a influência da cultura profissional e dos aspectos trabalhistas específicos no comportamento dos profissionais da área, que atuam em publicações não-on-line e usam a internet para fazer pesquisas.

A escolha da redação do jornal “Estado de Minas” como ambiente a ser pesquisado se deu porque o referido periódico, consagrado como “o grande jornal dos mineiros” e líder em assinaturas e vendas em Minas Gerais, conta com a maior e mais bem aparelhada estrutura do setor no Estado. Entende-se ainda que os resultados e análises da pesquisa realizada com os profissionais dessa empresa terá valor significativo não apenas para este trabalho, como também para estudos futuros, referentes ao mesmo tema ou a assuntos afins.

Esta dissertação está dividida em seis capítulos: 1) Introdução; 2) Revisão de Literatura; 3) Metodologia; 4) Descrição do “Estado de Minas” – a empresa e o ambiente organizacional; 5) Apresentação e Análise de Resultados; e 6) Conclusões.

No capítulo 2, são reunidas teorias e considerações sobre estudos de usuários de informação, com a delimitação de conceitos pertinentes a este trabalho; sobre a internet e a história de sua implantação; sobre a mudança de paradigma que esse novo ambiente informacional trouxe ao trabalho jornalístico; e sobre a flexibilização das relações trabalhistas e seu efeito sobre os jornalistas, em um mundo cada vez mais impactado pelas tecnologias da informação.

O capítulo 3 detalha os procedimentos de pesquisa. No capítulo 4, é feita a descrição do jornal “Estado de Minas”, do ambiente organizacional e do trabalho dos jornalistas da redação. No capítulo 5, está a apresentação e análise dos resultados da pesquisa e, no capítulo 6, são apresentadas as conclusões.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Estudos de usuários de informação

Os estudos de usuários, como o que esta pesquisa sobre o uso da internet por jornalistas do jornal “Estado de Minas” fará, constituem uma das áreas mais recorrentes na produção em ciência da informação, no Brasil e no exterior. Para ilustrar essa afirmação, no caso brasileiro, Mueller e Pecegueiro concluíram, depois de analisar 248 artigos publicados na revista “Ciência da Informação”, durante a década de 1990, que o tema “Estudo de usuários, transferência e usos da informação e uso de biblioteca” abrangia 29,87% dos trabalhos (Mueller & Pecegueiro, 2001, p.50). Era o segundo mais comum nas edições da publicação.

Contudo, a despeito da importância que têm para a área, tais estudos ainda padecem de falta de consenso quanto à forma mais indicada para a sua realização, não apenas em aspectos metodológicos, mas também em relação ao suporte teórico que os orienta. Conforme Ferreira (1997), explicações para isso seriam a falta de uniformidade conceitual nas pesquisas – termos como informação, necessidade de informação e uso de informação estariam sendo utilizados indiscriminadamente e sem critérios –; a falta de definições e pressupostos claros para focalizar variáveis e gerar questões de pesquisa; e a ausência de metodologias específicas, abrangentes e com rigor científico (Ferreira, 1997, p. 5).

Parte desses problemas também poderia ser atribuída ao surgimento e consolidação de novas tecnologias de informação, bem como das novas formas de produção e uso de informação. Tudo isso torna cada vez mais ultrapassada a chamada abordagem clássica ou tradicional dos estudos de usuários e cria a necessidade de novos paradigmas. De acordo

com Mick, Lindsey e Callahan (1980), citados por Ferreira (1997), “a transição efetiva para a era da informação exige mudança daqueles sistemas de informação respaldados nos critérios de tecnologia e conteúdo, para sistemas dirigidos pelas necessidades dos usuários” (Mick, Lindsey & Callahan, apud Ferreira 1, 1997, p. 9).

2.1.1 O dilema entre os modelos tradicional e alternativo

O que se observa, conforme Le Coadic (1997), é que o foco principal dos estudos de usuários de informação, que até a década de 1970 era voltado exclusivamente para a identificação do grau de satisfação do usuário dentro do serviço de informação, tem se direcionado crescentemente para a identificação das necessidades de informação desse usuário. Isso constituiu a necessidade de abordagens alternativas para esses estudos.

Nos estudos de usuários chamados de tradicionais, o modelo prevalente, ainda segundo Le Coadic (1997.), é o “orientado aos serviços ou sistemas de informação” (*system-oriented*). As questões de pesquisa são dirigidas à observação da relação entre usuário e serviço e têm como base a pergunta “que?” – “que sistema, que pessoas, que serviços, que produtos?”. As diferentes respostas produzidas, relativas ao que se convencionou chamar de “comportamento informacional do usuário”, são analisadas, via de regra, com base em dados estritamente demográficos e sociológicos (idade, sexo, educação, profissão, etc.) colhidos entre os usuários.

Já nos estudos classificados como “alternativos”, a orientação é ao usuário de informação (*user-oriented*). As questões de pesquisa passam a ser baseadas na pergunta “como?": “como se define sua necessidade de informação?”, “como você se apresenta ao serviço de informação?”, “como você usa o serviço de informação?” (Le Coadic, 1997,

p.16). O objetivo é avaliar o uso das informações oferecidas pelos sistemas de informação, com ênfase na importância de se conhecer quais informações devem ser disponibilizadas.

Ainda para diferenciar os estudos tradicionais e alternativos, pode-se dizer que, no caso dos orientados aos sistemas de informação, ou tradicionais, os usuários são vistos como receptores passivos de informação e as pesquisas investigam o seu comportamento externo, geralmente através de métodos quantitativos de análise (Siatry, 1998). Apesar de tais pesquisas reunirem grande estoque de dados numéricos e estatísticos, o que não deixa de proporcionar uma visão das necessidades de informação e do comportamento de busca dos usuários, elas não conseguem retratar estes temas com clareza satisfatória (Ferreira, 1997).

Tais estudos tendem a subestimar aspectos ligados às concepções, pensamentos e vivências individuais dos usuários, além de desprezar uma série de fatores que os levam a fazer as buscas por informações. Os estudos tradicionais possuem, conforme Ferreira, duas orientações básicas: ao conteúdo, “a partir de linhas temáticas de interesse de grupos de usuários”, e à tecnologia, voltada para a avaliação de como o uso de livros, fontes, bases de dados, obras de referência, computador ou o próprio sistema afeta o “armazenamento, a acessibilidade e a disseminação da informação ou do conhecimento” (Ferreira, 1997, p.7).

Já nos estudos alternativos, ou orientados aos usuários, estes são vistos como receptores ativos e com relativo autocontrole (*self-control*) em relação à busca por informações (Siari, 1998). As pesquisas, neste caso, se preocupam com aspectos cognitivos dos usuários e são conduzidas com base em dados qualitativos (Dervin & Nilan, 1986). O pesquisador, nesse tipo de investigação, fundamenta seu trabalho na natureza dinâmica e na capacidade de resposta a mudanças, presente no comportamento humano, o que seria determinante no processo de busca de informações.

Desta forma, embasado no pressuposto de que cada indivíduo tem uma leitura própria do mundo, influenciada por conhecimentos e vivências pessoais, o modelo alternativo focaliza, mais que o sistema de informação e suas características, o processo pessoal de busca e uso da informação dos usuários. Tal processo demanda conhecimento sobre aspectos cognitivos desses usuários e envolve seus modelos individuais de aprendizagem.

Ferreira (1997) indica quatro possíveis abordagens para as pesquisas dentro de um modelo alternativo: 1) abordagem de valor agregado, de Robert Taylor (1986); 2) abordagem do estado anômalo de conhecimento, de Belkin e Brooks (1982); 3) abordagem do Processo Construtivista, de Carol Kuhlthau (1993); 4) abordagem Sense-Making, de Brenda Dervin (1977, 1993, 1994). Todas essas abordagens têm como característica comum a necessidade de se valorizar o contexto em que se passou a busca da informação e seu principal objetivo é entender o processo de uso e compreensão da informação, conforme a situação em que a busca se processa (op. cit.).

Segundo Ferreira (1997), as abordagens de Taylor, de Belkin et al e de Kuhlthau “têm contribuído com argumentos conceituais e teóricos profundos para um paradigma alternativo de estudos de usuários” (p.12). Mas Dervin “vai além, apresentando um método bastante elucidativo para mapear necessidades de informação sob a ótica do usuário” (op. cit, p.12).

Dervin e Nilan listam seis características fundamentais do modelo de estudos centrados no usuário. São elas: 1) observar o ser humano como sendo construtivo e ativo; 2) considerar o indivíduo como sendo orientado situacionalmente; 3) visualizar holisticamente as experiências do indivíduo; 4) focalizar os aspectos cognitivos envolvidos;

5) analisar sistematicamente a individualidade das pessoas; 6) empregar maior orientação qualitativa.

Neste trabalho de investigação do uso da internet – configurada como um amplo sistema de informação e como fonte de pesquisas no trabalho dos jornalistas do jornal “Estado de Minas” –, a opção foi por fazer uma mistura das duas abordagens, tradicional e alternativa. De um lado, foram usados instrumentos metodológicos típicos do modelo tradicional, como a aplicação de questionário com questões fechadas e abertas aos jornalistas do periódico e a reunião de dados de caráter profissional e sociológico sobre os mesmos. De outro, em consonância com as abordagens alternativas, procurou-se levar em conta não apenas a individualidade, mas também o ambiente e as condições profissionais e de trabalho dos usuários.

2.1.2 Conceitos de informação e necessidades de informação

Para evitar que problemas como os apontados por Ferreira (1997) em relação aos estudos de usuários de informação possam comprometer este trabalho – a falta de uniformidade conceitual, de definições e pressupostos claros e de metodologias específicas e ao mesmo tempo abrangentes nas pesquisas (p. 5) –, é necessário buscar alguns conceitos e definições o mais precisos possível.

2.1.2.1 Informação

Em se tratando de informação, segundo Pinheiro e Loureiro (1995), o conceito vem sendo definido e abordado muitas vezes de maneira controversa e enganosa, ao longo dos

anos, desde a década de 1940, período em que, segundo inúmeros autores, teve gênese a ciência da informação, sobretudo após a publicação do artigo “As we may think”, de Vannevar Bush².

Etimologicamente, informação deriva do latim *formatio* e *forma*. É sinônimo de “notícia” e expressa idéia de dar forma a alguma coisa. Mas a visão é restrita e carece de ampliação. A este significado mais fechado, Pinheiro e Loureiro propõem outro:

“(…) aberto, relativo à representação, criação de idéias ou noção, além da informação trocada com o exterior, e não apenas informação recebida, o que, por sua vez, remete-nos ao conceito de sistema, oriundo da teoria geral de sistemas (...), no qual a noção mais forte é meio ambiente, que traduz as inter-relações do sistema e determina as suas influências” (Pinheiro e Loureiro, apud Ferreira, 1997, p.5).

McGarry (1975) seleciona algumas definições sobre informação que também evidenciam diferentes enfoques, em várias áreas, inclusive na ciência da informação. A primeira é do matemático Norbert Wiener: “Informação é o nome dado ao conteúdo do que é trocado com o mundo exterior quando nos ajustamos a ele e nele fazemos sentir o nosso ajustamento. Viver de fato é viver com informação.”

Outra é do bibliotecário e pesquisador Jesse Shera: “Informação, tanto no sentido em que é usada pelo biólogo como no sentido em que nós bibliotecários a usamos, é um fato. É o estímulo que recebemos através dos nossos sentidos. Pode tratar-se de um fato isolado ou de todo um conjunto de fatos; mas é sempre uma unidade: é uma unidade de pensamento”.

² Cientista do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Vannevar Bush identificou, no texto, o problema do risco de uma “explosão informacional” para a humanidade e percebeu a necessidade de se organizar o estoque de informações para proporcionar sua recuperação. Por isso, o texto é considerado um dos marcos do surgimento da Ciência da Informação.

A terceira é do comunicólogo Marshall MacLuhan: “O meio é a mensagem”. A quarta é do professor de psicologia George Miller: “Informação é algo de que temos necessidade quando enfrentamos uma opção. Seja qual for o seu conteúdo a quantidade de informação requerida depende da complexidade da opção. Se enfrentamos um amplo leque de alternativas equiparáveis, se algo pode acontecer, precisamos de mais informação do que se estivermos face a uma simples escolha entre duas alternativas”.

A quinta é do filósofo David MacKay: “(Informação) É o que se acrescenta a uma representação. Recebemos informação se ‘o que conhecemos’ é alterado. Informação é o que logicamente justifica alteração ou reforço de uma representação ou de um estado de coisas. As representações podem ser explícitas (como num mapa ou numa proposição) ou podem estar implícitas no estado de atividade dirigida do receptor”. Uma outra definição é a do cientista da informação Nicholas J. Belkin: “Informação é tudo o que for capaz de transformar a estrutura”.

A sétima é dos engenheiros e matemáticos C. Shannon e W. Weaver, responsáveis pela Teoria Matemática da Informação³: “A informação tem menos a ver com o que se diz de fato do que com o que se podia dizer. Isto é, a informação mede a liberdade de escolha de cada um quando este tem de selecionar uma mensagem. A informação aplica-se não a mensagens individuais mas à situação como um todo”. Por fim, McGarry cita a definição do cientista da computação J. Becker: “(Informações) São fatos sobre qualquer assunto”.

³ Também conhecida como Teoria da Informação, foi desenvolvida pelo engenheiro matemático Claude Shannon. Seu enfoque é técnico e quantitativo, buscando uma sistematização do processo da informação. Shannon definiu a informação como a redução da incerteza dentro de um sistema estatístico. A Teoria Matemática busca, por uma fórmula, calcular a quantidade de informação que pode ser transmitida num canal sem que haja ruído. A mensagem a ser constituída e transmitida contém dados. No processo de comunicação, através dos dados da mensagem, podemos chegar a uma informação.

McGarry observa, ao analisar das definições, que diferentes atributos podem ser percebidos: 1) Informação pode ser considerada quase que um sinônimo de fato; 2) Informação tem efeito de transformar ou reforçar o que é conhecido, ou julgado conhecido, pelo ser humano; 3) A informação é usada como adjuvante na tomada de decisões; 4) Informação é a liberdade de escolha que se tem ao selecionar uma mensagem; 5) A informação é ‘algo’ necessário quando enfrentamos uma escolha, sendo que a quantidade de informação requerida depende da complexidade da decisão a tomar; 6) A informação é a matéria prima da qual deriva o conhecimento; 7) A informação é trocada com o mundo exterior, e não apenas recebida; e 8) A informação pode ser definida em termos do seu efeito no receptor (McGarry, 1975, p. 15).

Já segundo Goulart (2004), informação, quanto à sua natureza, tem as seguintes características: implica em novidade – deve ser algo novo, que responda a uma necessidade –; implica em verdade – não existe informação falsa, mas desinformação –; implica em significado – uma informação sem sentido não quer dizer absolutamente nada ao receptor –; depende de cada receptor – em termos de decodificação e compreensão –; contém energia – leva a uma ação de redução da entropia –; e resulta de processos mentais – é o dado tornado útil, compreendido e armazenado na memória.

Com base nessas observações, portanto, informação, neste estudo, pode ser definida, sob o ponto de vista ontológico, como elemento, fato ou unidade de pensamento constituinte e necessário à formação do conhecimento humano, redutor de incerteza e, por isso, auxiliar nos processos de escolha e de tomada de decisões, e como algo que é trocado, e não meramente recebido.

Para ampliar ainda mais o conceito, porém, cabe citar a definição de Gonzáles de Gómez, em artigo no qual faz considerações sobre métodos de pesquisa em ciência da informação:

“Informação designa um fenômeno, processo ou construção vinculado a diversas ‘camadas’ ou ‘estratos’ de realização. Formam parte desses estratos a linguagem, com seus níveis sintáticos, semânticos e pragmáticos e suas plurais formas de expressão – sonoras, imagéticas, textuais, digitais/analógicas –; os sistemas sociais de inscrição de significados – a imprensa e o papel, os meios audiovisuais, o *software* e o *hardware*, as infra-estruturas das redes de comunicação remota; e os sujeitos e organizações que geram e usam informações em suas práticas e interações comunicativas” (Gonzáles de Gómez, 2002).

Finalizando essas considerações, Dervin (1999) faz a ressalva de que, em se tratando de pressupostos da abordagem Sense-Making nos estudos de usuários:

“O termo informação não mais poderia ser tratado como se tivesse um status ontológico absoluto. Deveria se permitir aos usuários que definissem informação em seus próprios termos (...)” (Dervin, 1999).

Ou seja, faz-se neste estudo a opção de que, para os jornalistas, usuários pesquisados, há que se ter sempre em mente que a informação pode ser considerada, além do que foi definido até aqui, como simples sinônimo de notícia ou de fatos com os quais se produz uma notícia ou reportagem. E é com esta perspectiva que o termo é compreendido, para efeito da pesquisa e da apresentação e análise de dados que ela produz.

2.1.2.2 Necessidades de informação

O conceito de “necessidades de informação”, assim como o de informação e de estudos de usuários de informação, é amplamente discutido na ciência da informação. Da mesma forma, embora muitos autores da área apresentem inúmeros aspectos relevantes sobre o tema, pode-se dizer que ele também se torna ambíguo e difícil de definir.

Um dos motivos é que quando se fala em “necessidade de informação” e em identificá-las está-se abordando um complexo processo cognitivo que ocorre em diferentes níveis de consciência do usuário. Este usuário pode, inclusive, não ter clareza de suas necessidades (Nascimento & Weschenfeld, 2002).

Como definem Devadason e Lingam (1996), necessidades de informação representam *gaps*, ou lacunas, no conhecimento corrente dos usuários. Mas existem, além das necessidades expressas ou articuladas, segundo os autores, aquelas que não são expressas. E esta última categoria se subdivide em duas: a das necessidades das quais o usuário está consciente, mas que não gostaria de expressar, e as outras das quais o usuário, simplesmente, não está consciente.

Para tentar abarcar todas essas categorias e subcategorias, em um estudo sobre necessidades de informação, seria necessário ao pesquisador, antes de tudo, observar uma série de características relativas aos usuários, como as apontadas por Crawford, citado por Devadason & Lingam (1996), a saber:

- Atividade profissional.
- Disciplina/campo/área de interesse.
- Posição hierárquica dos indivíduos.

- Fatores motivacionais para as necessidades de informação.
- Necessidade de tomar decisões.
- Necessidade de buscar novas idéias.
- Necessidade de validar as idéias certas.
- Necessidade de fazer contribuições profissionais.
- Necessidade de estabelecer prioridades para as descobertas.

Outros fatores, conforme Devadason e Lingam, podem ser somados aos anteriores, pois também afetam o processo de identificação e atendimento de necessidades de informação, e devem ser observados. São eles:

- A quantidade de fontes de informação disponíveis.
- Os usos para os quais a informação irá servir.
- O *background*, a motivação, a orientação profissional e outras características individuais do usuário.
- Os sistemas social, político, econômico, legal e regulatório no entorno do usuário.
- As conseqüências do uso da informação.

A partir desta análise, os autores também recomendam quais seriam os principais passos em um processo de identificação de necessidades de informação:

- 1 – Estudar as áreas de interesse para a organização pesquisada.
- 2 – Estudar a organização propriamente dita e seu ambiente organizacional.
- 3 – Estudar do ambiente imediato do usuário ou do grupo de usuários.

- 4 – Estudar os usuários, seus perfis e motivações.
- 5 – Realizar entrevistas com os mesmos.
- 6 – Identificar e gravar as necessidades de informação.
- 7 – Fazer uma análise e um refinamento das necessidades de informações identificadas.

Neste trabalho, cujo foco é do uso da internet como fonte de pesquisa pelos jornalistas do jornal “Estado de Minas”, optou-se por seguir algumas dessas recomendações para delimitar as necessidades específicas de informação dos usuários. Procurar-se-á descrever e investigar o “Estado de Minas”, a organização e seu ambiente organizacional. O ambiente imediato do grupo de usuários (a redação) será igualmente descrito, bem como os jornalistas, conforme seus perfis e motivações e suas necessidades de informação, no dia-a-dia.

2.2 A internet e os jornalistas

Nos últimos 50 anos, no processo de consolidação da sociedade da informação, que tem como um de seus expoentes a internet, o mundo tem se tornado tão complexo, tão intenso no que diz respeito ao incremento da quantidade e circulação de informações e da disseminação do conhecimento, que várias categorias profissionais, entre elas a dos jornalistas, têm-se visto diante de novos paradigmas para a sua atuação. Para melhor compreender tal fenômeno e para atender ao objetivo deste trabalho, que é o de analisar o uso da rede mundial de computadores pelos jornalistas do “Estado de Minas”, é importante traçar um breve histórico da internet, no mundo e no Brasil.

2.2.1 A internet – do projeto militar à popularização

A maior rede de comunicação do planeta foi criada em 1969, pelos Estados Unidos, originalmente com propósitos militares. Sob o forte temor de um ataque nuclear, durante a Guerra Fria, no início da década de 1960, o Departamento de Defesa norte-americano iniciou estudos, por meio da Advanced Research Projects Agency (ARPA – Agência de Pesquisa e Projetos Avançados), que culminaram no lançamento da ARPAnet, rede nacional de computadores. A estratégia do sistema era prover comunicação emergencial, interligando centros tecnológicos e de pesquisa e instalações militares, caso o país sofresse agressões bélicas de outras nações, principalmente da então União Soviética.

O projeto teve a liderança de J.C.R. Lieklider e Robert Taylor, pesquisadores da área de computação. Os dois se ocuparam da idéia de criar uma rede que quebrasse o modelo tradicional de pirâmide conhecido até então, possibilitando a todos os pontos da referida rede o mesmo status, de modo que os dados pudessem trafegar em todos os sentidos. Na primeira fase do projeto, foram interligados ao Departamento de Defesa dos EUA duas universidades – a UCLA, da Califórnia, e a Universidade de Utah – e um instituto de pesquisa, de Stanford, também na Califórnia.

Ao meio-dia de 21 de novembro de 1969, foi realizada uma demonstração do funcionamento da rede ARPAnet, estabelecendo contato entre grupos de pesquisadores distantes 450 quilômetros. Desde então, as conexões da rede cresceram em progressão geométrica: de duas dúzias em 1971, chegaram a 200, em 1981, quando o sistema ganhou o nome de internet. Até meados da década de 1980, embora já com caráter transnacional, a internet se restringia a instituições de ensino e pesquisa, em razão do alto custo dos microcomputadores.

Com o barateamento da tecnologia, porém, o acesso cresceu e, no final daquela década, muitos computadores pessoais já estavam conectados, por meio dos Bulletin Board Systems (BBS). Em 1989, o programador Tim Berners-Lee criou o Enquire, um programa que organizava informações na rede, inclusive as que continham *links* (atalhos de acesso a outros endereços eletrônicos).

Em seguida, o mesmo programador propôs a World Wide Web (Web), a internet gráfica e com as possibilidades multimídia que hoje se conhece, e, em 1993, com a invenção do Mosaic – interface essencial para o ambiente gráfico –, do também programador Mark Andreessen, foram criadas as condições para a definitiva expansão, aumento de qualidade e popularização da rede.

Em relação à diferença conceitual entre internet e Web, sobretudo no que diz respeito ao recurso do hipertexto e aos benefícios que isso trouxe, cabe citar definição de Souza e Alvarenga:

“Surgida no início dos anos 90, a World Wide Web, ou simplesmente *Web*, é hoje tão popular e ubíqua, que, não raro, no imaginário dos usuários, confunde-se com a própria e balzaquiana Internet – a infra-estrutura de redes, servidores e canais de comunicação que lhe dá sustentação. Se a Internet surgiu como proposta de um sistema distribuído de comunicação entre computadores para possibilitar a troca de informações na época da Guerra Fria, o projeto da *Web*, ao implantar de forma magistral o conceito de hipertexto imaginado por Ted Nelson & Douglas Engelbart (1962), buscava oferecer interfaces mais amigáveis e intuitivas para a organização e o acesso ao crescente repositório de documentos que se tornava a internet. Entretanto, o enorme crescimento – além das expectativas – do alcance e tamanho desta rede, além da ampliação das possibilidades de utilização, fazem com que seja necessária uma nova filosofia, com suas tecnologias subjacentes, além da ampliação da infra-estrutura tecnológica de comunicação” (Souza e Alvarenga, 2004, p.1).

A partir de 1992, a internet começou a ser instalada em várias universidades brasileiras, mas ainda sem interfaces gráficas, em máquinas com monitores monocromáticos, com telas pretas e caracteres em branco ou verde. Também não havia um protocolo de transmissão de informações na rede que unificasse o processo, o que veio a acontecer, no ano seguinte, com a chegada do TCP/IP – conjunto de regras que permitiu a comunicação global.

Foi somente na década de 1990 que a rede começou a se popularizar no Brasil, com o advento da internet comercial. O marco foi o ano de 1995, quando uma portaria do Ministério das Comunicações (004/95) permitiu a competição entre pequenos provedores de acesso, já em atividade, e a estatal Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), que tinha pretensões de monopolizar o serviço. No mesmo ano, foi criado o Comitê Gestor da Internet no Brasil, que passou a gerenciar os domínios “.br”.

Segundo reportagens publicadas pelo jornal Folha de São Paulo em 25 de maio de 2005, considerada como data do aniversário de dez anos da popularização da rede no Brasil, no ano de criação da internet comercial estima-se que havia 20 provedores e 120 mil usuários da rede no País. No final de 2004, segundo o jornal, citando o instituto Ibope/NetRatings, o número de brasileiros com acesso à internet era 17,9 milhões e o total de provedores, 1.219.

Deste total de brasileiros “conectados”, estimava-se, ainda conforme o Ibope/NetRatings, que cerca de 11 milhões eram usuários residenciais e que passavam, em média, em torno de 15 horas diárias ligados à rede, ficando, no mundo, atrás apenas dos japoneses em tempo médio de acesso. Um dos motivos para esse grande número seria a migração contínua, no País, de usuários de internet por ligações telefônicas para a categoria dos acessos por cabo ou banda larga – 2,26 milhões de residências brasileiras contavam

com o serviço no início de 2005, segundo o Ibope/NetRatings, de um total de 5,6 milhões de residências conectadas de uma forma ou de outra.

2.2.2 Mudança de paradigma para os jornalistas

Se, até pouco tempo, os jornalistas eram tidos como meros transmissores de informação, hoje poderiam ser vistos como autênticos produtores de conhecimento, embora de maneira diferenciada em relação, por exemplo, aos cientistas⁴. Essa grande transformação no perfil dos profissionais se deu, em grande medida, porque, cada vez mais, sobretudo nos últimos 10 anos, particularmente no Brasil, os jornalistas passaram a buscar subsídios para seu trabalho diário na rede mundial de computadores e a remodelar e traduzir seus achados de acordo com propósitos jornalísticos específicos.

Anteriormente, a função dos jornalistas era simplesmente a de transmitir e até mesmo interpretar fatos. A partir do acesso facilitado à internet no trabalho, coube-lhes também a tarefa de, com o recurso aos mais diversos bancos de dados concentrados na rede, organizar o amplo leque de informações oferecido, referente ao assunto com o qual estavam lidando, para que pudessem desempenhar sua função.

Um dos autores que tratam desse tema é Meyer, o criador do *Computer-Assisted Journalism* (jornalismo assistido por computador). Ainda no início da década de 1970, antes da popularização da internet, mas já vislumbrando as enormes possibilidades de

⁴ Tal argumento, apesar de parecer irrefutável, tem contraponto entre os próprios cientistas. É o caso do físico Lawrence Cranberg, que, em 1989 – antes mesmo da potencialização do trabalho jornalístico, graças à Internet –, afirmou que “o jornalismo é, em si mesmo, uma ciência. Com qualificação apropriada, o jornalista competente é um cientista em exercício.” (Cranberg, apud Meyer, 1993, p. 30). De qualquer forma, isso reforça a argumentação de que o jornalista, em pleno curso da revolução tecnológica e da consolidação da sociedade da informação, tem seu perfil profissional nitidamente alterado.

aprimoramento do trabalho jornalístico em razão de novas tecnologias da informação, Meyer falava sobre o importante papel desses profissionais na sociedade da informação:

“(...) o mundo ficou tão complicado, o crescimento da informação disponível tão explosivo, que o jornalista precisa ser filtro e transmissor, organizador e intérprete (...). Além de saber como colocar a informação na página ou no ar, também deve saber como colocá-la na cabeça do receptor. Em resumo, um jornalista deve ser um administrador de bases de dados, um processador de dados e um analista de dados” (Meyer, 1973, p. 12).

A questão também encontra ressonância em Lage (2000), segundo o qual, até três décadas atrás, o jornalismo era considerado, em todo o mundo, uma simples “maneira de proceder”, até que a visão da profissão pela sociedade e pelos próprios profissionais mudou significativamente, muito em razão das novas tecnologias de informação.

Antes, explica Lage, havia uma grande precariedade no corpo teórico da área e não existia a exigência, para contratação nos meios profissionais, de formação acadêmica específica para o jornalista. Contudo, as revoluções tecnológicas na área de informação e seus impactos na sociedade, bem como a tendência crescente, verificada nas últimas décadas do século XX, de aprofundamento dos estudos dos fenômenos comunicacionais – fruto, sobretudo, de sua inclusão efetiva no campo das ciências sociais – fizeram com que esse panorama se alterasse.

Conforme Lage, os jornalistas, assim como outros profissionais da área de comunicação e informação, foram obrigados a ter um diploma de bacharel específico para atuar – o que ocorreu para os profissionais brasileiros de imprensa apenas a partir de 1979. Exigiu-se dos estudantes da área um enorme estoque de conhecimento sobre a comunicação

e o jornalismo, além da necessidade, para sua formação, de exaustivos exercícios de reflexão, estimulados nos meios acadêmicos, sobre a função social que iriam desempenhar.

A partir da década de 1990, vê-se que este cenário passa por uma modificação ainda mais profunda. Em artigo intitulado *Why journalism needs Ph.Ds*, Meyer (1996) observa que as alterações vividas na redação dos jornais haviam sido poucas, nos Estados Unidos, na maior parte do século XX. Para Lage (2000), pode-se dizer que o mesmo ocorreu no Brasil, em boa parte das últimas décadas do século XX. Aspectos como a introdução da diagramação, as alterações no planejamento das matérias e das edições, a substituição da composição a frio e da impressão tipográfica pelo off-set, ou mesmo o surgimento do rádio e da TV, todas fruto de avanços tecnológicos, diz o autor, pouco mudaram o fazer jornalístico.

O formato da notícia, baseado no *lead*⁵ e na hierarquização de informações, ou na propagada fórmula da pirâmide invertida⁶, o caráter predominantemente expositivo dos textos, entre outros elementos, continuaram os mesmos. As técnicas de apuração de informações, alicerçadas no cultivo das fontes e em entrevistas, também pouco ou nada mudaram.

Mas isso persistiu somente até que o microcomputador e todos os avanços que ele incorpora, notadamente o acesso à internet, ganhassem maior importância nas redações. Consolidada como instrumento indispensável de trabalho, a máquina e as novas

⁵ O *lead* é o relato inicial da notícia. Vem da frase em inglês “to lead the way”, ou seja, mostrar o caminho. E é justamente o *lead* que abre o caminho para a leitura do texto; é através dele que a atenção e o interesse do leitor são despertados. Pode-se dizer que o *lead* é a introdução da notícia; uma síntese inicial que procura responder seis perguntas básicas: o quê? Quem? Como? Quando? Onde? Por quê?

⁶ Pirâmide invertida é um jargão jornalístico usado para identificar um formato de textos em que a parte mais importante da notícia ou da informação é colocada logo no primeiro parágrafo. A pirâmide da informação seria invertida porque, ao contrário das pirâmides físicas, o mais importante estaria no alto, ou seja, no início do texto.

possibilidades que ela trouxe, sobretudo no que concerne à recuperação e ao tratamento de informações, fixaram, com o tempo, uma diferença básica: entre o jornalista que domina e o que não domina essas novas tecnologias.

Isso ocorreu e ainda ocorre, também, em muitas áreas da atividade humana. Como descreveu Schaff (1990):

“(…) podemos observar uma divisão clara – algo parecido com a incultura das massas e a cultura de um número ainda reduzido de pessoas iniciadas na ciência dos computadores – entre as que conhecem e as que desconhecem o funcionamento dos computadores. Não me refiro aqui à diferença entre este ‘conhecimento’ e a ‘ignorância’, já que este é um fenômeno transitório que não tardará a desaparecer quando forem modificados os currículos escolares. Refiro-me na realidade a algo que será muito persistente (e que poderá, inclusive, se agravar) e que diz respeito à ‘informação’” (Shaff, 1990, p.75).

Desta forma, de acordo com Lage (2000), pode-se afirmar que se estabeleceu, no meio jornalístico, assim como ocorreu em muitos setores profissionais, uma nova geração: a dos jornalistas “informáticos”, ou seja, dos versados em informática e nas novas tecnologias da informação. Paralelamente, passou, aos poucos, a, de certo modo, agonizar e a até a desaparecer a geração dos “não-informáticos”, cujos representantes viram-se forçados a se adequar aos novos tempos e a apreender as novas tecnologias, sob pena de não encontrar espaço no mercado de trabalho.

Em termos tecnológicos, foram, a princípio, explica Lage (2000), aprimoradas as ferramentas para incrementar o processo produtivo dos profissionais da área: vieram os editores de texto, os *softwares* de editoração, o processamento de fotografias e gráficos e outros avanços.

Hoje, além de inúmeras outras conquistas no aspecto instrumental das redações – como os editores não-lineares de áudio e vídeo, no caso de rádios e TVs, os programas que racionalizam e facilitam a redação e a editoração de textos, nos jornais impressos, os gerenciadores de bancos de dados e as planilhas de cálculo –, o jornalista tem a internet como fonte aparentemente inesgotável de informações e de consulta para desenvolver seu trabalho.

Koch, citado por Machado (2003), joga mais luz sobre esta questão. Ao contrário de outros teóricos, como o próprio Meyer, para quem todos esses avanços tecnológicos – particularmente os bancos de dados digitais ou, conforme estabelecido neste trabalho, a própria internet – não mudariam, em essência, o fazer jornalístico, Koch previa, em 1991, grandes mudanças nos procedimentos dos profissionais. Segundo ele, citado por Machado (2003), com o uso dos bancos de dados eletrônicos, os jornalistas, no mínimo, se libertariam de amarras impostas por pontos de vista limitados expressos por especialistas e fontes oficiais.

“Enquanto, nos modelos de pesquisa e apuração nos meios convencionais, a apuração parte de fatos que podem ser localizados com facilidade, factóides isolados de uma determinada região e, mais freqüentemente, de declarações, Koch acentua que, no modelo eletrônico para apuração jornalística, os fatos são substituídos pela necessidade de uma frase de busca que defina a questão ou problema pautado. O estudo de Koch demonstra que, no modelo clássico, antes do relato ser publicado o jornalista deve encontrar os fatos, buscar os produtores de fatos para contrastar os indícios com os fatos arquivados no jornal, além da obrigação de entrevistar parlamentares ou funcionários vinculados ao assunto. No caso da apuração eletrônica, que parte de uma frase para descrever o tema da notícia ou reportagem, Koch lembra que, antes do relato contextual dos fatos, o jornalista consulta dados armazenados ou fontes disponíveis no ciberespaço,

entrevista os sujeitos dos fatos e avalia o conteúdo das declarações tanto no espaço eletrônico quanto nas páginas impressas” (Machado, 2003, p. 5).

Conforme já mencionado, os profissionais têm feito uso desse instrumento com crescente intensidade, no mundo e no Brasil. Mas é pertinente investigar se mesmo os jornalistas classificados como “informáticos” estão adotando esta prática de maneira adequada.

2.2.3 A internet como fonte de pesquisa no trabalho jornalístico

O uso de fontes de informação é imprescindível para os jornalistas, visto que é delas que emanam as informações divulgadas pela imprensa. Conforme Garrison (1999), porém, há obstáculos nessa prática que parecem intransponíveis. As fontes, não importa de que natureza, são muitas vezes responsáveis por imprecisão e informações incompletas. Também se caracterizam, em alguns casos, pela falta de credibilidade; fornecem dados enganosos ou propositalmente incorretos e apresentam outras deficiências que têm causado problemas ao trabalho dos profissionais de imprensa (Mencher, 1997, Izard, Culbertson & Lambert, 1994, Rich, 1997, apud Garrison, 1999, p. 8).

Para clarear esta questão, é preciso definir fontes de informação jornalística. Conforme Lage (1997), as fontes para os profissionais de imprensa podem ser divididas em três grupos: oficiais, oficiosas e independentes. As oficiais são constituídas por representantes formais de órgãos, instâncias e empresas do Estado, bem como de empresas, sindicatos, entidades classistas, associações, organizações não governamentais e outros

tipos de organização. Historicamente, segundo Lage, tais fontes ocasionalmente podem mentir, omitir informações ou sonegá-las.

A classificação de oficiosas diz respeito, ainda segundo Lage, às fontes que são reconhecidamente ligadas a entidades ou indivíduos com algum grau de autoridade, mas, sem poder formal de representação, não têm autorização para falar em nome delas ou deles. Assim como ocorre com as oficiais, também não é incomum que tais fontes – usadas, geralmente, para ajudar a desvendar manobras, jogos de interesse e protegidas pelo anonimato – possam ser responsáveis por balões de ensaio, mentiras e boatos com o objetivo de denegrir imagens ou provocar determinados efeitos políticos, econômicos ou sociais. Já as fontes independentes são aquelas sem vínculos diretos com o que está sendo apurado pelos jornalistas, mas que, nem por isso, estariam isentas do risco de prestar desinformação.

Conforme Garrison (1999), a internet e as possibilidades que ela oferece propiciaram uma multiplicação de fontes para o trabalho jornalístico. Ou seja, os jornalistas, que antes eram necessariamente obrigados a ouvir diretamente fontes oficiais, oficiosas ou independentes para obter dados e formular suas matérias – e, desta forma, sujeitar-se a mentiras e manipulações –, teriam ganhado relativa autonomia para fazer suas apurações, com o uso da rede.

Em outras palavras, viram aumentados, com a crescente quantidade de páginas sobre os mais variados temas, acessíveis pelo computador, os recursos para escapar de alguns tipos de artimanhas, balões de ensaio e desinformação que pudessem ser veiculadas pelas fontes tradicionais.

Da mesma maneira, informações que, antes da possibilidade de uso da internet, só poderiam ser obtidas por meio de pesquisas que demandavam horas de trabalho e

deslocamentos físicos, a locais nos quais dados são centralizados – como arquivos ou bibliotecas –, passaram a ser feitas sem sair do lugar, pela tela dos monitores. Contatos com as mais variadas fontes, antes restabelecidos apenas por telefone ou pessoalmente, também foram incrivelmente facilitados com o uso dos serviços de e-mail, *newsgroups*, fóruns e outros tipos de comunicação on-line.

Também em relação à natureza imprevisível dos acontecimentos, que condiciona fortemente a produção noticiosa e obriga as empresas jornalísticas a tentar impor ordem no espaço e no tempo (Traquina, 2002), a internet surgiu como um simplificador de processos.

Segundo Canavilhas (2004), para solucionar os empecilhos relativos à questão espacial, as empresas sempre recorreram à criação de redes de correspondentes geograficamente distribuídos, jornalistas que estariam o mais perto possível dos acontecimentos. Mas a solução se mostrava cara, o que levava essas empresas a preferir recorrer a agências de notícias, em vez de fazer o trabalho com pessoal próprio – o que reduz sua credibilidade junto ao público-alvo.

Em relação à necessidade de controle do tempo, um dos expedientes usados pelas empresas é o de recorrer a agendamentos de determinados acontecimentos passíveis de serem transformados em notícia (*agenda-setting*). Mas, muitas vezes, o acontecimento agendado também não atende ao cronograma da produção. Da mesma forma, os fenômenos inesperados e que podem virar notícia continuam a ser fortes condicionantes do processo.

Com a entrada da rede mundial de computadores e de seu uso pelos jornalistas na rotina das redações, a produção noticiosa foi enormemente facilitada. (Canavilhas, 2004, p.15). Se, no processo de produção informativa cotidiana dos jornalistas, há três fases – coleta, seleção e apresentação de informações, cada qual obedecendo a uma rotina e a um

processo de trabalho (Wolf, 1995) –, duas delas foram beneficiadas pelo uso da internet: a de coleta e a de seleção (Canavilhas, 2004).

Mas, apesar de todos esses avanços, alguns problemas antigos persistiram, também relativos ao uso de fontes tradicionais pelos jornalistas, na rede, e surgiram outros, especificamente relacionados ao uso da internet como recurso múltiplo para apurações. Em estudos feitos durante a segunda metade da década de 1990, nos Estados Unidos, segundo Garrison (1999), várias questões relativas ao uso da internet como instrumento de trabalho jornalístico foram pesquisadas. Nesses estudos, percebeu-se, entre outras fatos, que:

- Os bancos de dados governamentais, por exemplo, bem conhecidos por seus erros de informação (Landau, 1994, Freed, 1994, Garrison, 1996, apud Garrison, 1999), não apresentavam graus satisfatórios de confiabilidade, na visão dos jornalistas.

- O conteúdo da massiva quantidade de fontes on-line requeria pensamento crítico dos jornalistas, muitas vezes despreparados para esse desafio. Afinal, sem uma análise crítica da Web e de outros conteúdos on-line, da mesma maneira que os profissionais costumam avaliar as fontes humanas, no tocante à sua confiabilidade e credibilidade, há problemas com as ferramentas on-line (Garrison, 1998).

- A internet e a Web eram ferramentas válidas de apuração, mas encontrar informação se tornava uma barreira para todos os usuários, especialmente os jornalistas na hora do deadline (Callahan, 1997, apud Garrison, 1999). Como se isso não bastasse, muitos jornalistas ainda sofriam de “tecnofobia” e se recusavam a usar a internet para suas

apurações (Singer, Tharp & Haruta, 1998, Garrison, 1998, Ward & Hansen, 1997, apud Garrison, 1999).

- Questões relativas à precisão e à necessidade de verificação das fontes surgiam quando se discutia recursos on-line, como publicações na Web (Reddick & King, 1997, MacGuire et al, 1997, Lasica, 1997, Evans, 1998, apud Garrison, 1999).

- Havia a possibilidade de deturpação de informações pelos hackers, indivíduos que intencionalmente invadem e alteram o conteúdo de sites (Phipps, 1998, McGuire et al, 1997, apud Garrison, 1999).

- Problemas éticos estavam bastante relacionados ao uso da internet como fonte de informação. Lynch (1998, apud Garrison, 1999) apontou como preocupações-chave dos profissionais a identificação de responsabilidade por material obtido em links, nas mais diversas páginas, e pelo conteúdo de salas de chat; a credibilidade e a precisão de conteúdos de páginas; a invasão de privacidade propiciada pela internet, em alguns casos; e a necessidade de se fazer uma clara separação entre o que é material publicitário e o que é, de fato, material passível de uso jornalístico, entre o que é encontrado na rede.

- A natureza fluida da internet também era tida como problemática, porque a informação encontrada em um dia poderia não estar disponível no dia seguinte (Carleton, 1994 apud Garrison, 1999).

- A internet seria condenável na medida em que as ações do jornalista, no uso de *newsgroups* ou outros recursos on-line para encontrar fontes, estariam sujeitas a espionagem de competidores ou outros interessados (Andrews, 1996, apud Garrison, 1999).

- Fazia-se necessário considerar os contextos em que a informação era apresentada na Web (MacGuire et al, 1997, apud Garrison, 1999). Inúmeros autores apontaram problemas relacionados ao excesso de informação e à necessidade de gerenciar a informação encontrada com recursos on-line (Pfaffenberger, 1996; McGuire et al, 1997; Garrison, 1998, apud Garrison, 1999) para que o material obtido desta forma pudesse ser bem aproveitado.

- Com o crescimento da Web e de outros serviços on-line, a resultante proliferação de sistemas de buscas de informações também criava problemas, como o de decidir qual destas ferramentas usar (Glossbrenner, 1998, apud Garrison, 1999). Isto seria resultado da natureza aberta e ilimitada da web.

No capítulo 4, em que é feita a análise de resultados da pesquisa com jornalistas do jornal “Estado de Minas” sobre o uso da internet, esses e outros problemas são levados em consideração. Mas pode-se adiantar que as preocupações dos jornalistas norte-americanos quanto à credibilidade e à confiabilidade das informações obtidas na internet, bem como à necessidade de checagem constante de dados, são as mesmas expressas por boa parte dos profissionais pesquisados neste estudo.

2.3 O mundo do trabalho e os jornalistas

Para fazer uma avaliação mais precisa do impacto do desenvolvimento tecnológico sobre a prática jornalística no Brasil – parte do pano de fundo do que se pretende avaliar neste trabalho, ou seja, o uso da internet como fonte de pesquisa pelos jornalistas do jornal “Estado de Minas” –, é fundamental entender como a reestruturação produtiva mundial, ocorrida, sobretudo, nas duas últimas décadas, sob os auspícios da chamada globalização e da flexibilização do trabalho, afetou diretamente o dia-a-dia dessa categoria profissional. Uma categoria à qual, a exemplo de outras, é imposto o conhecimento e o uso cada vez mais freqüente de avançados instrumentos de coleta, recuperação e tratamento de informação. Da mesma forma, é preciso buscar conexões entre o desenvolvimento dessas novas tecnologias e certa precarização profissional da atividade dos jornalistas brasileiros.

O que se observa, principalmente nos últimos 15 anos, é que se, por um lado, os jornalistas têm se beneficiado em seu cotidiano dos avanços tecnológicos – no que concerne à execução de suas principais tarefas, seja nas redações de jornal e agências (online e impresso), TVs, rádios e mesmo assessorias de imprensa –, por outro têm sofrido alguns efeitos danosos.

Tais efeitos estariam intimamente ligados tanto ao processo de modernização propriamente dito quanto à nova estrutura produtiva na qual ele se dá, fazendo com que os jornalistas experimentem uma crescente degradação de suas condições de trabalho e uma vertiginosa queda em sua qualidade de vida.

Para este estudo, portanto, é relevante aliar a constatação desta realidade à verificação de algumas de suas causas e conseqüências.

2.3.1 De artesãos a trabalhadores sem saber

Antes de tratar especificamente das conseqüências, para os jornalistas brasileiros, da profunda reestruturação das relações de trabalho ocorridas nos últimos anos – vale lembrar que a categoria, segundo Heloani (2003), é “quase emblemática” das que entraram de cabeça na lógica perversa da reestruturação produtiva mundial –, faz-se necessária uma breve história de tais mudanças.

Sabe-se que quando o capitalismo dava seus primeiros passos, vigorava a prática da manufatura. Os trabalhadores (artesãos) não se submetiam a esquemas rígidos de produção porque eram detentores de todo o conhecimento, habilidades e técnicas de que necessitavam para sobreviver de seu trabalho. Ou seja, dependiam apenas de si mesmos para manter suas atividades.

Pode-se afirmar que o trabalhador, na gênese do sistema capitalista, era livre e determinava quanto e como produzir. Neste contexto, também se deve destacar que os ofícios passavam, quase que exclusivamente, de pai para filho, sem a necessidade de qualquer tipo de instrução formal ou normatização externa para a melhor execução das tarefas.

Tão logo se fixou o sistema produtivo em escala, essencial ao desenvolvimento do capitalismo, com grupos de trabalhadores reunidos sob um mesmo teto e submetidos a jornadas pré-definidas de trabalho, ao disciplinamento e ao controle de um detentor dos meios de produção (o capitalista), a situação começou a mudar. O processo de trabalho e as normas às quais ele se rendeu, em razão da necessidade da organização e do aumento da produtividade, resultaram na decomposição dos ofícios em diversas operações (especialização), no aperfeiçoamento e na diversificação de ferramentas (Ferreira, 1987).

Após esta revolução, vieram novas formas revolucionárias de organização do trabalho: o taylorismo, o fordismo, o toyotismo e, por último, o pós-fordismo.

2.3.1.1 Taylorismo

O taylorismo apareceu em fins do século XIX, calcado nas observações de Frederick W. Taylor (1856-1915) sobre as controvérsias existentes, já naquela época, entre chefes e operários e na necessidade, identificada por ele, de se criarem formas de se mensurar o trabalho, com o intuito de desenvolver práticas que gerassem mais lucro ao capitalista e reduzissem o tempo das tarefas e o desperdício nas fábricas.

Com o seu *scientific management*, Taylor desenvolve métodos que possibilitam a separação dos trabalhos físico e mental e estabelece a necessidade de fragmentação das atividades. Desta forma, a especificação extrema de funções em uma linha de produção, por exemplo, faz com que desapareça o saber característico do artesanato. O processo de trabalho passa a não mais exigir um saber nobre dos trabalhadores e o chamado trabalho cerebral é atribuído apenas aos gerentes e aos que ocupam posições de comando nas organizações (Braverman, 1997).

Como o próprio Taylor descreve, todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento ou projeto (Taylor, apud Moraes Neto, 1989). A simplificação das funções, seguindo a cartilha taylorista de divisão do trabalho industrial, traz, portanto, progressiva redução e até mesmo eliminação dos saberes específicos da maioria dos trabalhadores. A consequência direta é a diminuição do valor do trabalho e o crescimento significativo da mais valia e da produtividade no mundo capitalista.

2.3.1.2 Fordismo

Nos Estados Unidos, na primeira metade do século XX, o capitalista Henry Ford (1863-1947) traz inovações ao sistema produtivo taylorista, que incluem, entre outras, a implantação da esteira mecânica na linha de montagem das fábricas. O método de Ford, que serviria de padrão para indústrias de todo o mundo ocidental, elimina o tempo morto no processo industrial e permite que se atinja um volume ainda maior de produção, com custos mais baixos.

Persiste a diferenciação entre o trabalho manual (dos operários, no chão das fábricas) e o intelectual (de diretores e gerentes). O controle da movimentação na indústria economiza tempo, palavra-conceito que passa a ser relacionada diretamente a lucro e forma uma idéia que se difunde pelo mundo ocidental, na qualidade de mote capitalista (*time is money*).

Sob o modelo fordista, que se estende a outros tipos de organização (Braverman, 1997), as empresas passam a ser administradas como máquinas, com uma enorme racionalização dos processos mediante a fixação de metas a serem cumpridas. O gerenciamento é feito com base no planejamento, na organização, no controle, no comando e na coordenação de suas operações. Por outro lado, a lógica econômica que ampara e é amparada pelo fordismo preconiza que os trabalhadores devem ser cada vez mais bem remunerados para que a produtividade e o consumo cresçam em proporção ainda maior, lógica que garante o lucro do capitalismo e a perpetuação desse sistema.

Como sustentação a este modelo, há grande presença do Estado nas atividades econômicas, financiando ou subsidiando os investimentos do setor produtivo e, com o retorno, patrocinando o bem-estar social de suas populações. Os sindicatos de trabalhadores

também têm papel destacado, na medida que institucionalizam as bandeiras dos direitos trabalhistas, garantem uma relativa proporcionalidade entre o aumento dos lucros das organizações/corporações e os ganhos das categorias que representam e passam a ter voz relativamente ativa na formulação das políticas estatais.

Nas décadas de 1960 e 1970, porém, altos índices de absenteísmo e abandono de emprego e rotatividade na indústria, principalmente, começam a ser percebidos como sinais de crise do sistema fordista. O faturamento com a produção também é comprometido pela necessidade permanente de se fazer grandes estoques nas fábricas, o que implica em despesas cada vez mais volumosas de armazenagem. A crise do padrão de acumulação pretendido pelo fordismo faz com que o modelo perca sua centralidade e se enfraqueça progressivamente, diante da constatação de que não mais garante os níveis de produtividade necessários à satisfação do capital.

Um outro grave problema, do ponto de vista das forças capitalistas, é detectado no fordismo: ele apresenta um padrão extremamente rígido para acomodar as novas tecnologias de produção e os avanços acelerados nas tecnologias de informação – já em franca disseminação e tidas como anunciadoras de uma nova ordem mundial – assim como sérias dificuldades em atender ao cada vez mais exigente mercado consumidor.

2.3.1.3 Toyotismo e pós-fordismo

É em um contexto de decadência do modelo fordista – que passa a significar altos custos, produção insatisfatória e um grande sentimento de necessidade de reformulação –, que ganha terreno no mundo o toyotismo, surgido no Japão do pós-Segunda Guerra Mundial.

A novidade, vista como uma alternativa bem mais flexível que o fordismo, capaz de encarar os novos desafios do capitalismo, é caracterizada, entre outros elementos, pela redução de custos nas organizações, por meio da diminuição dos estoques e da implantação do sistema *just in time* de produção. Também tem como princípio o controle minucioso de qualidade, com a criação de sistemas de otimização produtiva atrelados à medição da excelência das mercadorias, além de um esforço para promover maior envolvimento e integração dos trabalhadores com suas organizações.

Com o toyotismo, surgem novas práticas de gestão organizacional e, paulatinamente, ocorre a flexibilização das relações trabalhistas. O novo método utiliza menos esforço humano, tem uma demanda menor de espaço físico, necessita de menos investimentos em ferramentas e em engenharia, por exemplo, para desenvolver novos produtos. A empresa que possui sistemas computadorizados de produção, aliados a melhores sistemas de comunicação e de transportes mais rápidos, não precisa mais manter enormes estoques.

Também é possibilitada a alteração das diretrizes produtivas, atendendo às constantes exigências de mudança do mercado consumidor e absorvendo novas tecnologias, formas e técnicas de produção e de trabalho. A ordem é manter estoques mínimos, produzindo apenas por encomenda.

Ganham força os debates sobre a necessidade de extinção das organizações burocratizadas e a criação e fortalecimento das que tenham burocracia flexível ou, simplesmente, as não-burocratizadas (Perrow, 1972).

Reforçada pelo desenvolvimento acelerado de novas tecnologias, tanto no setor produtivo quanto no de serviços, e embasada na justificativa de que os “novos tempos”

requerem a reestruturação do mundo do trabalho, esta onda faz surgir um novo paradigma para o capitalismo: o pós-fordismo.

Com ele, aparecem novos métodos de produção, baseados na microeletrônica, e também são colocadas em prática as chamadas relações flexíveis de trabalho, com perdas incontáveis de direitos dos trabalhadores – os quais, ao mesmo tempo, passam a ter, em função dos avanços tecnológicos da produção, a obrigação de se tornarem multifuncionais e polivalentes, embora isso não signifique um aumento de qualificação (Schmitz, 1988, Crivellari & Oliveira, 1984).

Paralelamente, há uma queda significativa da importância dos sindicatos na sociedade, que vem acompanhada de uma nova e acentuada divisão da classe trabalhadora em trabalhadores centrais e periféricos. Ocorre, ao mesmo tempo, um maior grau de individualismo e diversidade social e a predominância do consumo sobre a produção.

Citações ao neoliberalismo, tão em voga no Brasil nos últimos anos da década de 1990, e à globalização, cuja problematização tem mobilizado estudiosos de diversas áreas do conhecimento, sobretudo no que diz respeito ao impulso ao desemprego e à redução do poder de negociação dos assalariados nos tempos atuais (Boyer, 1998), são recorrentes também quando se trata dessas alterações. É neste cenário que se pode particularizar a categoria dos jornalistas brasileiros e os impactos que ela sofreu, em suas relações trabalhistas e em sua vida profissional.

2.3.2 Jornalistas brasileiros, flexibilização e reestruturação trabalhista

Assim como boa parte das categorias profissionais, em todo o mundo, os jornalistas brasileiros, na era do pós-fordismo, têm-se visto pressionados, já há alguns anos, pela

continua implantação de novas tecnologias no processo industrial do qual fazem parte – no caso, o de produção de notícias.

Para corroborar a visão de que mudanças profundas estão sendo processadas no mercado de trabalho de diversos setores sócio-econômicos, a partir da implantação das novas tecnologias da informação, cabe destacar aqui uma citação do Livro Verde, projeto sobre a entrada do Brasil na sociedade da informação:

“Diante desse conjunto de mudanças técnico-econômicas, o mercado de trabalho e o perfil do emprego modificaram-se estruturalmente. Novas especializações profissionais e postos de trabalho surgiram, mas também diversas ocupações tradicionais foram ou estão sendo transformadas, substituídas ou mesmo eliminadas. Aumentaram as disparidades de remuneração entre os trabalhadores mais qualificados e os demais, enquanto diversas atividades intermediárias tornam-se dispensáveis” (Livro Verde, cap. 2).

Portanto, sob o argumento de que tais tecnologias otimizam o trabalho nas redações jornalísticas, tornando-o mais ágil, menos estratificado e menos oneroso, as empresas da área têm seguidamente reduzido seus Tabelas de pessoal.

Também para justificar as políticas de enxugamento por que passa, desde o início da última década do século XX⁷, o setor de imprensa no País, são dadas constantemente, alegações relacionadas a problemas macro e microeconômicos de caráter financeiro. Fatores como a desordem econômica mundial, com a elevação das taxas de juros e seus efeitos sobre o preço de insumos como o papel, e a concomitante falta de estabilidade da

⁷ As reduções de pessoal são cada vez mais numerosas em empresas consideradas sólidas no mercado jornalístico, como o caso dos jornais Estado de São Paulo, O Globo e Folha de São Paulo, que demitiram centenas de profissionais nos últimos anos. Também para ilustrar essa realidade, basta lembrar que, até não mais que dez anos, as sucursais dos jornais citados, em estados como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, eram formadas por diversos jornalistas e, hoje, contam com apenas um profissional, cada, que atua como correspondente.

economia nacional – o que afetaria diretamente o mercado de publicidade, fonte de renda dos veículos de comunicação – são reiteradamente lembrados quando há cortes de pessoal nas organizações. Como ocorre em qualquer setor, na era da globalização, a insígnia da “reestruturação” é recorrente para nomear as reduções de pessoal.

É importante mencionar que o advento dos microcomputadores, no final da década de 1980, e a popularização da internet, a partir da segunda metade da década de 1990, serviram para acentuar ainda mais as mudanças ocorridas nas relações de trabalho em diversos setores, não escapando disso o jornalismo.

Boa amostra disso foi a disseminação, no setor de imprensa, como em outros, do teletrabalho, fruto da reestruturação produtiva ensejada pela sociedade da informação e que, para muitos estudiosos, representou, na verdade, mais uma “estratégia do capital para a flexibilização da força de trabalho” (Crivellari, 2002).

Um exemplo de como o teletrabalho, ou suas variações, está relacionado à flexibilização da força de trabalho no campo jornalístico é a forma como os administradores de algumas agências noticiosas ou serviços informativos mantidos na internet se livram, por meio de sua adoção, de uma série de encargos financeiros que existiriam em outras situações.

Em Belo Horizonte (MG), para ilustrar essa afirmação, havia, pelo menos até o início da década de 2000, inúmeros jornalistas trabalhando em suas próprias casas, a serviço de várias empresas, e usando seus próprios computadores e outros equipamentos. Em 2000, quatro desses profissionais, um de uma agência de notícias, outro de um jornal de esportes de circulação nacional, outro de um *site* esportivo e outro de um serviço de informações econômicas em tempo real, todos correspondentes de empresas de outros estados, foram entrevistados pelo autor deste estudo. Apenas um tinha vínculo empregatício

com a empresa e os demais eram *free lancers*, profissionais sem direitos trabalhistas e outros benefícios previstos no contrato por carteira de trabalho. Tais empresas, além de beneficiar-se de mão-de-obra desonerada, também não arcavam com despesas elementares que teriam de assumir caso os profissionais trabalhassem em representações oficiais, ou escritórios pertencentes a elas, que demandam gastos de manutenção e uma estrutura organizacional, mínima que seja, para seu funcionamento.

Nas redações jornalísticas, percebe-se que os contratos de trabalho ainda são, em sua maioria, regulares. Mas estão se multiplicando experiências de terceirização dos ocupantes de cargos de chefia, como subeditores e editores, que passam a receber seus salários como prestadores de serviço, e da contratação de *trainees*, com vencimentos bem inferiores aos de profissionais mais experientes, para atuar na produção de notícias.

Portanto, em um cenário em que fica cada vez mais clara a opção pela flexibilização do trabalho e pela reestruturação das relações capital-trabalho, os jornalistas brasileiros, talvez mais que outras categorias, têm-se visto acuados e obrigados a negociar, em nítida desvantagem, sua força de trabalho e a própria saúde para garantir a subsistência.

E esta realidade tem alguns agravantes. Relatório do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (2002), em que a entidade reivindicava ao Ministério da Educação maior rigor ao permitir a abertura de novos cursos para a formação jornalística, indicava que as cerca de 50 faculdades de jornalismo existentes apenas naquela capital lançavam ao mercado paulistano, por ano, aproximadamente 3 mil novos profissionais.

O cálculo na época era de que uma vaga, seja em redações ou em assessorias de imprensa, estivesse sendo disputada por dez profissionais. Um dos resultados da disparidade entre a procura e a oferta de empregos seria o fato de que os salários estivessem cada vez mais baixos, ou iguais ou próximos ao mínimo definido em acordos coletivos.

Também era fato que quem não se submetia aos baixos vencimentos corre sério risco de ficar desempregado, pois o poder de barganha dos profissionais para melhorar salários, em razão de critérios como experiência e excelência na carreira, cai por terra, em muitos casos, diante de uma cada vez mais costumeira resposta dos donos das empresas, segundo a qual “a rua está cheia de gente querendo emprego”. Tal situação se repetiria, em diferentes proporções, em todo o País e deixaria claro que, além das pressões resultantes da reestruturação das empresas, o jornalista também estaria sendo vítima da enorme concorrência de seus pares.

Outro fator relevante nesta questão é que a constituição dos sindicatos de jornalistas no Brasil é, notadamente, frágil, por razões históricas. Além de terem sido controlados pelo Ministério do Trabalho durante o período do regime militar, sobretudo na década de 1970 – o que também ocorreu com as entidades representativas de outras categorias –, os sindicatos dos profissionais de imprensa sempre estiveram reféns do poder econômico (greves de jornalistas são raridade no País). Enquanto isso, seus representados, talvez os principais responsáveis pelo alto grau de desmobilização da categoria, sempre se viram perigosamente próximos do cerne do poder político.

Talvez por esta fragilização institucional da categoria, os sindicatos nunca primaram por grandes conquistas ou avanços nas relações trabalhistas – há exceções, como recentes e bem-sucedidas campanhas salariais da entidade de Belo Horizonte, mas isso não elimina a essência do que se está postulando.

Em virtude da organização até certo ponto fragilizada dos jornalistas, portanto, pode-se afirmar que os profissionais do País se tornaram, ao longo do tempo, vítimas emblemáticas das novas relações de trabalho propostas pelas políticas neoliberais da

economia, inspiradas no pós-fordismo: entre elas, a flexibilização das regras de proteção ao trabalhador e a não intervenção do Estado na mediação da relação empregados-empresa.

Aliado a isso, os profissionais foram e continuam sendo obrigados, para manter seu sustento e sua vida profissional ativa, a se adequar a outra característica típica do mundo pós-fordista: a necessidade de polivalência e de multifuncionalidade para exercer suas tarefas. Uma das razões é que, com a redução de pessoal nas redações, provocada pelos fatores supracitados, há muito menos trabalhadores nesses ambientes de trabalho, e, mesmo em pequeno número, desempenhando muito mais funções.

Para ilustrar isso se pode citar a forma como a reestruturação, associada ao grande desenvolvimento tecnológico, com computadores e programas cada vez mais sofisticados e ao mesmo tempo fáceis de usar, impõe a progressiva eliminação, na estrutura da linha de produção de notícias em jornais impressos, da figura do diagramador. É comum, hoje, que o jornalista tenha de possuir, para ser empregado, o conhecimento sobre os softwares e sistemas que permitem o desenho de páginas para impressão ou veiculação na internet.

Outro exemplo, ainda nos jornais impressos: em razão da eliminação de parte dos cargos e funções (geralmente, de detentores de salários entre médios e altos) nas várias gerências (editorias) da linha de produção de notícias, o próprio repórter, cuja tarefa deveria ser apenas o cumprimento de uma determinada pauta, é obrigado a fazer desde a apuração inicial ao tratamento final do material para publicação. No caso de um jornal impresso, ele se vê forçado a conduzir, sozinho, todo o processo de uma reportagem, colhendo dados, fisicamente ou por meios eletrônicos, preparando a matéria, diagramando ou pré-diagramando a página na qual o material será veiculado, redigindo títulos, intertítulos e resumos das matérias e legendas de fotos, as quais deve selecionar e, em alguns casos, até

mesmo fazer. Isso tem sido comum, sobretudo, em jornais do interior e demonstra grande desvalorização dos chamados fotojornalistas.

É preciso destacar que toda essa sobrecarga não tem a remuneração que seria esperada e, muitas vezes, o profissional que se submete a ela não possui qualificação para isso, mas fica, posteriormente, sujeito a sanções e punições da chefia que possam ocorrer em função do que efetivamente for publicado – ou de erros que possa cometer neste trabalho. É a imposição de responsabilidades sem o devido reconhecimento profissional e trabalhista.

Há, ainda, a constatação de que, com menos profissionais nas redações, ocorre um generalizado acúmulo de trabalho para os que permanecem. Estes, no entanto, não têm, via de regra, qualquer contrapartida para o trabalho excedente, como pagamento de horas extras, além das acertadas em acordos coletivos, ou aumento de seus tempos de folga. Segundo Heloani (2003), fato é que a vida pessoal dos jornalistas se torna cada vez mais precária, com falta de relacionamento familiar por conta das excessivas jornadas de trabalho e vínculos afetivos que se desfazem rapidamente.

Os profissionais trabalham durante toda a semana e, em sistema de plantões alternados, aos sábados e domingos, sob ritmo de trabalho estafante – os níveis de estresse são enormes, conforme constatou Heloani –, com jornadas diárias de 12 horas e, às vezes, até mais, e estão constantemente expostos ao assédio moral e ao rígido controle dos chefes. Ganham muito pouco, ainda segundo Heloani – se considerados o grau de exigência imposto pelos comandos das redações e a qualificação que precisam ter para conseguir os empregos –, sofrem com o ambiente competitivo em que trabalham e com as condições precárias dos empregos, em função dos cortes de despesas de custeio das empresas, e lamentam falta de tempo para estudo (qualificação).

Apesar de tudo, o que se constata é que, no Brasil, a categoria – cujos profissionais, inseridos em um mundo no qual o volume de informações pelo menos se duplica a cada cinco anos, têm a tarefa de constituir a memória social e são fundamentais na disseminação do conhecimento – acaba tendo pouca ou quase nenhuma consciência da importância e das singularidades de seu trabalho.

Também pelo que se depreende da pouca participação em assembleias sindicais e na baixa adesão a campanhas salariais, fato reconhecido pelos próprios profissionais, percebe-se que os jornalistas simplesmente não acreditam em sua capacidade de organização enquanto categoria profissional.

Portanto, pode-se inferir que este grupo profissional, no País, se constitui, em sua grande maioria, de pessoas individualistas e influenciadas, de maneira preponderante, pela imagem glamourosa que a sociedade possui da profissão, mas, vitimadas pelas profundas alterações no mundo do trabalho, desprovidas de interesse em modificar este estado de coisas.

Isso, em variados graus e sentidos, influencia a produção dos jornalistas, incluindo-se aí o aspecto que se refere à utilização da internet como ferramenta de trabalho. Assim, resumidamente, pode-se afirmar que é neste contexto, de sobrecarga de trabalho e excesso de atribuições; insatisfação salarial e ameaças constantes de reestruturação/enxugamento nas empresas; ambiente competitivo e formado por profissionais até certo ponto individualistas; e falta de crença na capacidade organizativa da categoria e ausência de oportunidades para qualificação, apesar da exigência de polivalência e multifuncionalidade, que os jornalistas do “Estado de Minas”, pesquisados neste trabalho, realizam suas funções diárias.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa sobre os jornalistas do jornal “Estado de Minas” e o uso que fazem da internet no trabalho pode ser classificada como um estudo de caso. Conforme Marconi e Lakatos (1999), também seria definida como um estudo exploratório-descritivo combinado. Estes estudos, segundo os autores, “têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como por exemplo o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas” (p.87).

A exemplo de outras modalidades de pesquisa de campo, tais estudos associam informações quantitativas e qualitativas como material de análise, procedimento que, aqui, se considerou mais adequado. Para corroborar a opção por essa associação, pode-se destacar, conforme Banwell e Coulson (2004), que pesquisas, nas ciências sociais, comumente, são vistas como quantitativas ou qualitativas.

As quantitativas são tidas como objetivas, quantificáveis, com tendência à generalização, baseadas em números. As qualitativas, por sua vez, são subjetivas, socialmente construídas, não-generalizantes e baseadas em palavras, não em números.

Nos estudos de usuários de informação, segundo os mesmos autores, o que se analisa, por definição, são pessoas, comportamentos e contextos. Por isso, demandam ambas as abordagens que, combinadas, podem produzir uma visão holística do tema, constituída de um estoque de informações mais robustas, baseadas em dados quantificáveis.

Em um primeiro momento, foi feita, segundo definição de Marconi e Lakatos (1999), uma observação não estruturada do ambiente organizacional da redação do “Estado de Minas” e do comportamento dos jornalistas no uso da internet, durante seus procedimentos de trabalho. A observação não estruturada, “também denominada

espontânea, informal, ordinária, simples, livre, ocasional e acidental, consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas” (Marconi & Lakatos, 1999, p.91).

Na condição de subeditor da editoria de cidades do jornal, o pesquisador observou, de maneira assistemática, durante todo o mês de agosto de 2004, a estrutura da organização e o que ocorria no processo de produção noticiosa, no qual estavam envolvidos os profissionais da redação, particularmente no tocante ao uso da internet como recurso para obtenção de informações no trabalho. Também fez apontamentos sobre o comportamento dos jornalistas nesse processo.

Não se pode dizer que tais observações tenham sido realizadas de forma espontânea ou casual, já que, conforme Ander-Egg (1978, apud Marconi & Lakatos, 1999, p.92), “um mínimo de interação, de sistema e de controle se impõem em todos os casos, para chegar a resultados válidos”. O pesquisador também procurou manter-se atento aos perigos trazidos por este tipo de procedimento: “quando o pesquisador pensa que sabe mais do que o que é realmente presenciado ou quando se deixa envolver emocionalmente” (op. cit., p.92).

Foram feitas, ainda, durante o mesmo período, entrevistas não estruturadas com alguns jornalistas, nas quais os entrevistados, colegas de trabalho do pesquisador, tiveram liberdade para desenvolver em suas falas cada situação, em qualquer direção que considerassem adequada (Marconi & Lakatos, 1999).

Para completar a coleta de dados, em 20 de janeiro de 2005, foram distribuídos pessoalmente pelo entrevistador 80 questionários (Anexo 1), de forma aleatória, entre cerca de 100 jornalistas presentes na redação, no dia da visita. Os questionários, instrumentos de coleta de dados constituídos por uma série ordenada de perguntas, “que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador” (op. cit., p.100), apresentaram,

cada um, 21 questões fechadas e três abertas. O índice de retorno de questionários foi de 62,5% (ou 50 questionários).

Anteriormente, houve um pré-teste desse instrumento de pesquisa, enviado por e-mail a 20 jornalistas do “Estado de Minas”, com índice de retorno de apenas 25%. Além de provar que a coleta de dados poderia ser prejudicada, caso o pesquisador não entregasse os questionários pessoalmente aos entrevistados, o pré-teste proporcionou a alteração de algumas questões. Ao final, elas puderam ser agrupadas e divididas da seguinte maneira:

- a) Solicitação de dados profissionais e pessoais dos entrevistados (18, 21, 22, 23);
- b) Questões referentes à intensidade com que os jornalistas fazem uso da internet para os mais variados propósitos no trabalho e sobre como esse expediente mudou o uso e a relação com as fontes tradicionais (1, 2, 3, 4, 5 e 6);
- c) Questões sobre a intensidade com que os jornalistas fazem a checagem de informações encontradas na internet, por outras fontes, e sobre como tal procedimento é realizado (7, 8 e 9);
- d) Solicitação dos cinco endereços de páginas ou *sites*, afora as caixas de webmail, mais visitados pelos jornalistas ao usar a internet no trabalho (10);
- e) Questões sobre o conhecimento ou não de sites especializados em buscas para profissionais de imprensa (11, 12);
- f) Questões sobre vantagens e desvantagens da internet na opinião dos jornalistas (13, 14);
- g) Questões sobre a classificação dos jornalistas sobre sua habilidade para fazer pesquisas na internet, sobre a importância de treinamento para essa tarefa e se tal treinamento foi ou não feito pelos entrevistados (15, 16, 17);

h) Questões sobre conhecimento de inglês e sobre a avaliação da importância disso para aproveitar melhor a internet (19, 20);

i) Solicitação de comentários sobre o uso da internet no trabalho (24).

4 DESCRIÇÃO DO “ESTADO DE MINAS” E DO AMBIENTE ORGANIZACIONAL NA REDAÇÃO

4.1 O “grande jornal dos mineiros”

Criado em 1928 pelos jornalistas mineiros Juscelino Barbosa, Álvaro Mendes Pimentel e Pedro Aleixo, e no ano seguinte incorporado ao grupo “Diários Associados”, do empresário Assis Chateaubriand, o “Estado de Minas” transformou-se, desde a fundação, no periódico de maior consistência e longevidade do Estado, fato que o elevou à condição de “grande jornal dos mineiros”, como sustenta em seu slogan (França, 1998). Ocupa, há muito tempo, a liderança no mercado mineiro de jornais diários e figura como campeão em tiragem no Estado – segundo dados de 2004, divulgados pelo próprio jornal, a circulação diária era de 75 mil exemplares, sendo que aos domingos chegava a 128 mil.

O periódico também tem destacada saúde financeira, conforme recentes balanços, e confortável receita publicitária, sobretudo se comparado aos seus concorrentes “Hoje em Dia” e “O Tempo”. O grupo que administra o “Estado de Minas”, em sistema de condomínio – os controladores são sócios-cotistas, com participação na gestão e nos lucros –, chama-se “Associados Minas” e tem as proporções de uma grande corporação, com cerca de 1.500 funcionários. Dela, fazem parte ainda o portal e provedor de acesso à internet Uai – que, entre outros produtos, veicula a edição eletrônica do periódico na internet –, o vespertino “Diário da Tarde”, a “TV Alterosa”, afiliada em Minas Gerais da rede nacional de televisão SBT, o “Teatro Alterosa”, a “Rádio Guarani” e a produtora de vídeo “Alterosa Cinevídeo”.

Conforme França (1998), em relação à política editorial, desde seus primórdios o “Estado de Minas”, por meio de seus controladores, procurar fazer de sua imagem um reflexo do que seria a sociedade mineira: tradicional e conservadora, no tocante à moral. Tal identificação, ainda conforme França, não se encontraria inscrita diretamente em algum lugar ou valor, mas, sim, permearia a própria narrativa do jornal.

O “Estado de Minas” também se caracteriza, conforme a linha editorial, como defensor de valores como a liberdade de expressão e a verdade e comprometido, acima de posições político-partidárias ou questões pessoais, com os interesses de Minas. Na prática, no entanto, o que se percebe, segundo Carrato (1996, apud França, 1998), é que o jornal, ao longo dos grandes momentos da vida política nacional e estadual, procurou-se alinhar sistematicamente a forças políticas que estavam no poder, mesmo que, desta forma, estivesse contrariando seus compromissos autodeclarados.

Outra constatação é a de que o periódico costuma ser criticado pelos próprios leitores como praticante de um jornalismo institucional e de constante colaboração com as fontes, quando o poder está em jogo (França, 1998).

A partir do final da década de 1980, o “Estado de Minas”, que sempre ocupara posição hegemônica no mercado jornalístico mineiro, passou a sofrer concorrência mais aguerrida de outros periódicos e a buscar mudanças nesses aspectos negativos de sua imagem, para não perder espaço.

O primeiro a ameaçar a supremacia do “Estado de Minas” foi o jornal “Hoje em Dia”, fundado em 1988 pelo ex-governador mineiro Newton Cardoso. Em seguida, também passou a disputar a preferência dos leitores mineiros o periódico “O Tempo”, criado também por um político, o deputado federal Vitório Medioli.

As mudanças empreendidas no “Estado de Minas”, que não chegou jamais a perder sua posição de liderança nas vendas e assinaturas em Minas Gerais, incluíram a troca de comando na redação, contratação de jornalistas de outros periódicos, inclusive de fora do Estado, novas orientações editoriais – a opção foi por um jornalismo mais profundo e investigativo – e uma significativa reformulação gráfica.

Mesmo assim, recentemente, o jornal, assim como outros veículos de imprensa mineiros, tem sido alvo de denúncias de favorecimento editorial a setores políticos, particularmente ao representado pelo governador de Minas Gerais, Aécio Neves (2002-2006). As denúncias partem de entidades como o Sindicato dos Jornalistas do Estado de Minas Gerais (SJPMG). Também há acusações segundo as quais os jornalistas que expõem aspectos negativos da administração estadual seriam perseguidos pelos patrões e até demitidos, a pedido do governador⁸.

4.2 O ambiente organizacional e o uso da Internet na redação

A redação do “Estado de Minas” tem, segundo dados obtidos junto à direção do jornal em janeiro de 2005, um total de 186 jornalistas, entre os pertencentes ao quadro fixo, em Belo Horizonte, e representantes da publicação em cidades do interior do Estado e em Brasília. A maioria dos profissionais, no entanto, atua no edifício “Pedro Aleixo”, na Zona Sul da capital de Minas Gerais – o nome do imóvel é uma homenagem a um dos fundadores do jornal e vice-presidente do Brasil, entre 1967 e 1969 –, que abriga também a

⁸ “No final do ano passado, com a manchete ‘Palácio contra a Liberdade’, o PAUTA denunciava a interferência do Governo de Minas Gerais na linha editorial dos veículos de comunicação social de Belo Horizonte. Essa interferência motivou, inclusive, demissões de jornalistas, entre eles, Marco Nascimento, na TV Globo, e Ugo Braga {ex-editor de economia}, no Estado de Minas” (texto transcrito da notícia intitulada “Sindicato denuncia cerceamento à liberdade de imprensa” e publicado no jornal “Pauta”, do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, em 8 de julho de 2004).

redação do vespertino “Diário da Tarde”, a estrutura do provedor Uai, setores administrativos e a direção do grupo “Associados Minas”.

O prédio de nove andares, que na década de 1980 foi considerado um dos mais modernos de Minas Gerais, com ampla infra-estrutura tecnológica – pertencia à multinacional de informática IBM – foi adquirido com alto investimento pelo grupo empresarial no início da década de 2000. Entre 2000 e 2001, a redação, que ficava em um edifício antigo na região central da cidade, começou a ser transferida para o novo endereço. A atual redação conta com dezenas de computadores – cada jornalista tem o seu –, todos eles conectados à internet pelo sistema de banda larga, ininterruptamente, por meio do provedor de acesso Uai.

O processo de informatização do jornal remonta ao final da década de 1980 e início da de 1990. A exemplo do que ocorreu em outras empresas jornalísticas do Brasil e do exterior, com esse processo mudaram significativamente não apenas os procedimentos de produção de notícias na redação, mas também o ambiente organizacional. Baldessar (2001) cita artigo publicado na Revista Imprensa, em 1987, sobre a informatização do jornal carioca O Globo, para mostrar como a novidade dos computadores alterou a rotina tradicional das redações, até então:

“Uma louca sinfonia de gritos, gargalhadas, telefones, campainhas reverberavam impunemente (...) as Olivetti e Remington que não sofriam de arritmia eram disputadas no tapa (...) e o impiedoso papel carbono tingia mesas, paletós, mangas de camisa, dedos, mãos e rostos menos atentos (...) montanhas de laudas se formavam para qualquer lado que se olhasse (...) hoje as persianas amarrotadas foram substituídas por um moderno sistema de iluminação que inclui um requinte inimaginável: calhas especialmente desenhadas, cujos focos de luz só iluminam as mesas dos terminais, sem reflexos nos olhos ou nas telas (...) um sistema de ar

condicionado central acabou com o clima tropical que sufocava (...) e a sinfonia das pretinhas deu lugar a um silêncio cibernético, propiciado pelos 140 terminais e suas 138 teclas (...) e a limpeza, nada de montanhas de papel” (Baldessar, 2001, p. 2).

Já a implantação da internet foi feita de forma gradual na redação do “Estado de Minas”, a partir de 1997. De início, eram poucos terminais conectados à rede. Nos últimos cinco anos, porém, o acesso à internet, bem como à rede interna do jornal (intranet), é disponibilizado a todos os profissionais, sem limitações e em qualquer terminal da redação.

A estrutura organizacional, como ocorre também em outros jornais do Brasil e do mundo, pode ser comparada à de uma grande empresa do setor de serviços no modelo pós-fordista. Não há divisórias entre as principais editorias – cultura, esportes, cidades, política, economia, informática, ciências, internacional e núcleo (responsável por cadernos especiais) –, que ocupam a maior parte de um dos andares do edifício, enquanto as demais – a de moda, de veículos, de artes, de primeira página e de fotografia – têm ambientes separados, mas ainda assim com contato facilitado à área mais ampla da redação.

Em praticamente todas as editorias, existem funções e cargos jornalísticos bem definidos e divididos conforme uma escala hierárquica, como em qualquer estrutura organizacional: destacam-se os de editor, subeditor e repórter. Neste trabalho, optou-se por fazer a descrição de uma dessas editorias, a de cidades, chamada Gerais, que servirá de exemplo para a compreensão da rotina de trabalho nas demais.

4.2.1 A rotina na editoria “Gerais” – relações de trabalho e tomada de decisões

Na editoria Gerais (Cidades), tomada como exemplo para a compreensão do processo de produção da redação do “Estado de Minas”, são veiculadas notícias ligadas a

assuntos diversos, associadas a Belo Horizonte e região metropolitana, prioritariamente, e ao restante de Minas Gerais, de um modo geral, com exceção das predominantemente políticas, econômicas, esportivas e culturais, que têm suas seções específicas no periódico.

São matérias sobre polícia, trânsito, políticas municipais, saúde, comportamento, serviços e políticas públicas, ações e questões de interesse comunitário ou de classes, problemas ambientais, fatos e acontecimentos ligados ao patrimônio histórico, artístico e cultural, etc.

O quadro funcional da editoria era formado, em agosto de 2004, por três apuradores ou rádio-escutas – estagiários prestes a obter graduação em jornalismo e selecionados e trocados a cada seis meses –, 13 repórteres, três subeditores, um deles também responsável pelas pautas para a cobertura dos repórteres, o editor-assistente e o editor.

Havia, ainda, repórteres correspondentes do jornal em quatro cidades mineiras (Juiz de Fora, Montes Claros, Governador Valadares e Divinópolis), incumbidos de fazer matérias sobre acontecimentos em suas respectivas regiões tanto para a editoria Gerais como para as demais. A equipe de fotógrafos do jornal também não tinha profissionais exclusivamente destacados para Gerais e atendia a todas as editorias. O mesmo ocorria com outros setores da redação, como as editorias de arte de diagramação.

Todos os profissionais, conforme a estrutura organizacional do jornal, são submetidos à chefia da redação, constituída, em ordem decrescente na escala hierárquica, pelo diretor de redação, pelo editor-geral e pelo editor-executivo – eles seriam os *gatekeepers* finais do processo, ou seja, quem determina que acontecimentos são jornalisticamente válidos ou não, conforme DeGeorge (1981), baseados muitas vezes nos interesses dos donos da organização.

As relações de trabalho seguiam, na editoria, uma divisão de funções segundo a qual o editor poderia ser considerado o gerente de setor, seguido em ordem de autoridade pelo editor-assistente, ou seu gerente-assistente. A ambos, são subordinados os subeditores, espécies de subgerentes, e os repórteres. Estes últimos poderiam ser comparados a operários da linha de produção (de notícias), mas também tinham participação na definição de estratégias e de caminhos a serem seguidos na preparação de uma edição. Embora de maneira informal, eram algumas vezes chamados a participar das reuniões do gerente e seus subgerentes para a tomada de decisões.

O editor tem como função a coordenação geral de seu setor e é instituído de poder de veto e sanção de matérias. Ele também mantém contato direto com a chefia da redação, com a qual, em reuniões formais ou informais, discute os rumos da produção e à qual deve prestar contas sobre o andamento dos trabalhos. O editor deve ser, todo o tempo, municiado com informações por seus comandados, assim como tem a prerrogativa de informar aos funcionários de seu setor as decisões tomadas pela chefia de redação, sobretudo as que podem alterar o tratamento dado a determinadas notícias.

O editor-assistente tem como tarefa principal auxiliar seu gerente direto e até substituí-lo, se ele estiver ausente, na tomada de decisões. Vale destacar que este processo, dependendo do assunto, como no caso dos temas considerados polêmicos e ligados aos interesses institucionais do jornal, passa antes, durante e depois pelo crivo da chefia da redação. O assistente também distribui tarefas e dá orientações aos subeditores e aos repórteres. Da mesma forma, cabe aos subeditores orientar os repórteres, dos quais obtêm retorno sobre as matérias em fase de produção, e sempre trocar idéias com os chefes diretos – o editor e seu assistente – para definir as linhas de conduta a serem seguidas.

Um desses subeditores (destacado como “pauteiro”) elabora, todas as manhãs, um documento, a pauta, que servirá de guia de metas a serem cumpridas naquele dia. Ele se baseia em suas próprias informações e pesquisas, obtidas e feitas sobretudo na internet, ou em determinações do editor e/ou em informações ou orientações recebidas de outros chefes, de colegas, dos próprios repórteres e dos apuradores.

Como uma das marcas do jornalismo é a constante mudança de cenários, com novos acontecimentos surgindo quase que a cada minuto – o que ganha ainda mais intensidade em uma editoria de Cidades, que abarca uma gama enorme de notícias de cunho factual, e com o uso constante da internet, que veicula um sem-número de informações em tempo real – esse guia, por maior que seja o esforço do “pauteiro” para torná-lo definitivo, costuma se modificar durante a jornada. Contribuem também para isso as diversas decisões tomadas pela cúpula da redação no transcorrer do dia.

Formalmente, no processo de produção da editoria Gerais, há quatro reuniões fundamentais durante o dia, de modo a não comprometer o fluxo de produção e os prazos de fechamento, duas delas consideradas de cúpula. A primeira, no meio da manhã, ocorre no chamado “aquário da primeira página” – sala onde ficam os editores de primeira página – e envolve o próprio editor de Gerais ou um de seus subalternos substitutos (o editor-assistente ou um dos subeditores).

Após inteirar-se de algumas diretrizes do dia elaboradas mais cedo pelo pauteiro, ou por ele próprio, o editor (ou seu substituto), que também faz pesquisas na internet e verifica sua caixa de webmail, se reúne com os demais comandantes das seções do jornal (ou seus substitutos) e com representantes da chefia de redação. Nesse momento, como se diz no jargão jornalístico, ele procura “vender sua pauta”.

O grupo discute os melhores assuntos para a edição do próximo dia levados pelos representantes de cada setor/editoria e, diante da participação determinante da chefia da redação – afinal, aqueles que têm mais poder impõem sua opinião (Murad, 2002) –, determina como se dará a abordagem dos temas ou mesmo descarta o que não for considerado pertinente. A partir desse encontro, tem-se um primeiro desenho do que será a publicação.

Uma segunda reunião também protagonizada por editores ou seus substitutos e os chefes de redação, entre o meio e o final da tarde, sela em caráter praticamente definitivo o que serão os destaques de cada editoria e o que merecerá chamadas na primeira página do jornal. É a reunião de fechamento de pauta, na qual cada representante de editoria apresenta relatórios sobre as matérias anunciadas pela manhã, só que com mais detalhes e já em processo de produção – coube aos subeditores fazer entrevistas curtas com os repórteres, para saber e discutir o andamento das apurações e o tom dado às matérias, e repassar essas informações ao seu chefe de setor.

O representante discute com o grupo, formado pelo corpo de editores e sob a coordenação da chefia de redação, os encaminhamentos necessários à conclusão dos trabalhos e, de forma decisiva, o tratamento que será dado a cada tema, sua ampliação, redução ou mesmo descarte. Nesses dois eventos, observam-se alguns fatores determinantes para o sucesso ou não das proposições. Um deles é a capacidade do editor ou de seu substituto em convencer seus pares e a chefia da redação, no aquário de primeira página, de que o assunto apresentado merece destaque no jornal. Ele atua ora como um bom “vendedor/negociador de idéias”, ora como um competidor em relação aos demais editores, que também brigam por espaço na edição para os temas que levam à reunião. Para tal, é

fundamental que esteja bem informado sobre os assuntos, o que demanda pesquisas anteriores, seja na internet ou por outros meios.

Para exercer esses papéis, o editor, geralmente, também se baseia em critérios aceitos e igualmente adotados pelos demais integrantes do encontro – considerados, como ele, jornalistas com ampla vivência profissional e conhecimentos que os credenciam a ocupar suas posições. Desta forma, as decisões são tomadas com base no que, conforme estudos em jornalismo realizados a partir da década de 1960, convencionou-se chamar de *newsjudgement* – o saber acumulado do jornalista como justificador das escolhas entre o que é e o que não é notícia, entre o que mereceria ou não destaque (Wolf, 1995).

Tanto no caso de temas reputados, a princípio, como não merecedores de publicação como no dos que gerem polêmica nas reuniões, o processo de convencimento consiste no bom uso e articulação, pelo editor ou seu substituto, das inúmeras variáveis de noticiabilidade, ou valores-notícia, que podem ser aplicados aos fatos – importância, interesse público, de classe ou setorial, qualidade da apuração, amarração do material, atualidade, caráter pitoresco ou insólito, exclusividade, boas imagens, etc (Murad, 2002)

Quando a argumentação é bem feita, o representante da editoria pode deixar a reunião com um gosto da vitória. Algumas vezes, no entanto, mesmo tendo apresentado informações pertinentes, sob o ponto de vista jornalístico, de que determinado assunto era digno de publicação e/ou destaque, ele não convence seus pares.

Uma terceira reunião formal do dia ocorre na própria editoria e reúne um grupo diferente do que participou das outras duas. Quando o profissional incumbido de ir ao encontro da tarde (geralmente, o editor ou o assistente) retorna ao seu setor – no caso, a editoria de Gerais –, traz consigo algumas diretrizes definidas juntamente com a cúpula da redação para a formatação da edição, entre elas:

- 1 - Que assuntos estarão em que páginas e em que posições nas páginas (no alto ou embaixo, em páginas ímpares ou pares, em razão de seu grau de importância para a empresa e seus leitores);
- 2 - Qual será o tom efetivamente dado aos temas, conforme os interesses do jornal e das orientações da chefia da redação;
- 3 - Quais matérias terão destaque, seja na abertura ou mesmo no interior do caderno;
- 4 - Como será a utilização de fotos e infografias;
- 5 - Que assuntos são passíveis de descarte, no caso de necessidade de substituição por outras matérias, na segunda ou terceira edições que deverão ser feitas antes do fim do expediente.

Sentam-se à mesa, desta vez em pleno burburinho da redação e com acesso mais próximo aos repórteres que estão produzindo as matérias – não raro chamados para fazer esclarecimentos ou relatos de suas apurações e intenções em relação à redação da matéria –, o editor, o assistente e os subeditores. As decisões e opções trazidas da reunião de cúpula são expostas, há troca de idéias sobre elas e os integrantes do encontro fazem o desenho da distribuição das matérias em uma “boneca”, espécie de mapa do caderno.

Esse trabalho é realizado conforme opiniões colhidas no grupo e/ou conforme as determinações tiradas da reunião ocorrida no aquário da primeira página, trazidas pelo

editor ou por seu substituto. Também têm influência informações de última hora, muitas vezes obtidas por um dos participantes da reunião, pelos repórteres ou mesmo pelos comandantes da redação em pesquisas na internet.

É comum ainda que haja discussões relativas ao que se estava imaginando para a edição e o que efetivamente terá de ser feito. Mas também há momentos em que as programações – a inicial, definida pelo pauteiro, e a que saiu da segunda reunião de cúpula – coincidem e o processo é tranquilo.

Sempre, a palavra final sobre a distribuição e o tratamento dos assuntos na edição é do editor, esteja ele aplicando suas próprias decisões, cumprindo ordens da chefia da redação (os *gatekeepers* finais) – é rotineiro que, durante ou após a reunião na editoria, o editor retorne à chefia da redação várias para tirar dúvidas ou mostrar o que está previsto, no intuito de obter aprovação – ou adotando sugestões de seus comandados.

Com a conclusão da reunião entre editor, assistente e subeditores, entra em ritmo acelerado o fechamento da primeira edição do jornal. Uma ou até duas das sete páginas diárias da editoria são fechadas mais cedo, à tarde, mas costumam sobrar pelo menos cinco páginas para serem planejadas e montadas, com os diagramadores, em pouco mais de duas horas – trabalho executado pelos três subeditores, o assistente e o editor.

Em razão do novo projeto editorial e gráfico implantado no “Estado de Minas” no primeiro semestre de 2004, o fechamento da primeira de três edições diárias do periódico, atendendo a demandas industriais da produção, passou das 21h30 para as 20h30.

Geralmente, os repórteres são pressionados, ao soar o alerta (o fim da terceira reunião) de que falta pouco tempo para a conclusão da primeira edição, a apressar a produção de matérias incluídas na programação. É um momento de agitação e nervosismo para todos os envolvidos, sobretudo para os chamados “fechadores” das editorias (os subeditores, o

editor-assistente e o editor), aos quais costumam ser atribuídos eventuais atrasos na conclusão das páginas. O descumprimento de *deadlines* (prazo final) é considerado pecado capital na linha de produção de empresas jornalísticas.

Durante o processo, o editor-geral do jornal, incumbido de fiscalizar o chamado “fluxo de fechamento” – esse sistema prevê a conclusão de páginas em horários pré-determinados, até as 20h30, quando todas têm de estar prontas –, faz visitas constantes às editorias para saber como andam os trabalhos e cobrar rapidez dos fechadores. Quando a edição é encerrada, com o envio por via eletrônica de todas as páginas, revisadas, para o setor de pré-impressão – de onde seguem, também por via eletrônica, para o parque gráfico –, há um pequeno período de relaxamento.

Minutos depois, no entanto, os “fechadores”, geralmente dois deles (o editor já pode ir embora, depois de passar algumas orientações), destacados para coordenar as mudanças previstas para a segunda edição, a ser concluída até as 22h30, voltam a se reunir, no que pode ser descrito como o quarto encontro formal do dia para traçar estratégias de atuação. Eles vão conversar sobre as alterações no caderno, que devem ser debatidas e avaliadas pelo editor-executivo do jornal, responsável pelo comando geral até o final do expediente. Muitas dessas alterações podem surgir a partir de pesquisas feitas pelos profissionais na internet.

Após o encerramento da primeira edição, o editor-executivo fica e vão embora, além dos demais editores, o editor-geral e o diretor de redação, autoridade máxima, que raramente participa das reuniões, mas acompanha tudo o que é discutido e dá as ordens finais, por meio de subalternos diretos.

Para a preparação da terceira e última edição, à 0h30, não há reuniões, a não ser em casos extraordinários – assuntos de destaque surgidos na última hora ou matérias

importantes que mereçam atualização ou correções, em função, em alguns casos, de apurações feitas na internet –, nos quais mais de um fechado tenha de se envolver. O mais comum é que essas mudanças finais – que ocorrem, geralmente, apenas em algumas editorias, como a Gerais – sejam definidas em conversas informais entre o profissional que fica responsável pelo terceiro fechamento da seção e o editor-executivo. Este é incumbido também de anotar, na segunda e na terceira edições, as páginas a serem alteradas e passar esses relatórios ao parque gráfico.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os questionários desta pesquisa foram distribuídos de maneira aleatória entre jornalistas presentes na redação do Estado de Minas, em 20 de janeiro de 2005. Dos 50 respondentes, entre os 80 solicitados a fazê-lo, constatou-se que 56% eram homens e 46%, mulheres, o que demonstra relativo equilíbrio entre os sexos na redação.

Trinta e seis por cento de todos os entrevistados estavam na faixa etária entre os 26 e 35 anos; 28%, entre os 36 e 45 anos; 16%, entre 46 e 55 anos; 12%, entre 18 e 25 anos; e 8%, entre 56 e 65 anos. Com base nestes números, pode-se dizer que a maior parte dos profissionais pesquisados (64% dos entrevistados, com idade entre 26 e 45 anos) é jovem, mas também experiente no que se refere à vida pessoal e profissional.

A maioria dos entrevistados (54%) informou usar a internet no trabalho há mais de quatro e há menos de seis anos, enquanto 38% tinham acesso à rede há mais de seis anos. Apenas 8% informaram ter tido contato com a rede, no trabalho, há menos de três anos. Isto nos permite inferir que a maioria dos usuários pesquisados tem, pelo menos, prática na utilização da rede mundial de computadores.

As editorias às quais pertenciam os jornalistas tiveram a seguinte distribuição entre os entrevistados (Tabela 1): 22% eram da editoria Gerais; 16% da editoria de economia; 16% da editoria de esportes; 14% da editoria de política; 8% da editoria de cultura; 2% da editoria de ciências; e 22% de outras editorias. Destes últimos, 4% cobriam moda; 10%, veículos; 2% assuntos internacionais; 2%, informática; 2%, opinião e 2% se disseram jornalistas investigativos. O fato de a editoria de Gerais concentrar o maior percentual de respondentes deve-se a dois fatores: 1) trata-se da editoria com maior número de

profissionais da redação; 2) os profissionais se mostraram mais receptivos à solicitação do pesquisador.

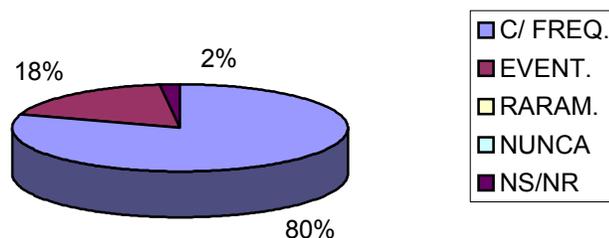
Tabela 1 – Jornalistas do “Estado de Minas” pesquisados, por editoria.

Editorias/Área de trabalho	Frequência	Percentual
Assuntos Gerais	11	22%
Economia	8	16%
Esportes	8	16%
Política	7	14%
Veículos	5	10%
Cultura	4	8%
Moda	2	4%
Informática	1	2%
Internacional	1	2%
Investigativo	1	2%
Opinião	1	2%
Ciências	1	2%
Total	50	100%

5.1 O uso da internet como ferramenta de trabalho na redação – intensidade, propósitos, intranet e mudanças das fontes tradicionais

Após a coleta dos dados junto aos jornalistas da redação do “Estado de Minas”, constatou-se, como esperado, que os profissionais têm a internet como ferramenta fundamental para realizar suas funções diárias: 98% dos entrevistados afirmaram usar a rede mundial de computadores com frequência (80%) ou eventualmente (18%) para trabalhar (GRAF. 1).

Gráfico 1 – Frequência de uso da internet no trabalho pelos jornalistas do “Estado de Minas”.



Fonte: Pesquisa por questionário com 50 respondentes.

Esse resultado pode ser equiparado ao de pesquisas semelhantes realizadas sobretudo em outros países, uma vez que, no Brasil, estudos sobre o uso da internet por jornalistas de veículos de imprensa tradicionais (jornais, TVs e rádios) ainda são um campo relativamente pouco explorado⁹.

⁹ Há registros de interesse em alguns centros de estudo, como a Universidade Federal de Santa Catarina, nos departamentos de pós-graduação em Engenharia da Produção e de Jornalismo, e na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom/UFBA), mas nenhuma pesquisa encontrada pelo autor deste trabalho apresentava profundidade nas análises.

Para ficar apenas em alguns exemplos, em Portugal, Canavilhas (2004) analisou 81 questionários sobre o uso da internet no trabalho respondidos por jornalistas de imprensa escrita (38), rádio (18) e televisão (25). O resultado mostrou que 97% de todos os entrevistados recorriam constantemente à rede mundial de computadores para procurar informações úteis ao seu trabalho.

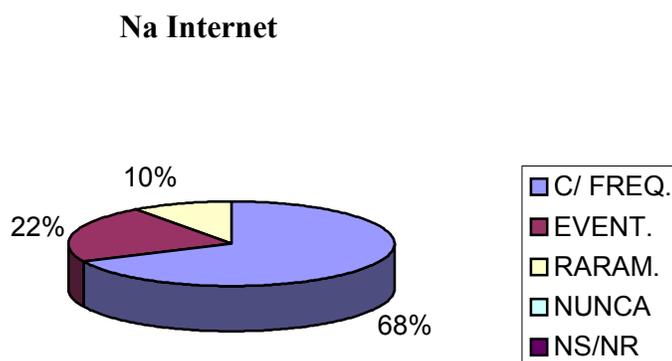
Já Garrison (1999), após pesquisa com 185 jornalistas de jornais impressos dos Estados Unidos – veículos com tiragem superior a 20 mil exemplares diários – apurou que 92,4% dos respondentes usavam a internet como fonte constante para coleta de dados. Na Espanha, Masip (2002) avaliou o papel dos recursos on-line para os jornalistas de rádio, TV, jornais, revistas e *freelancers*, entre outros, da região da Catalunha, e teve 216 questionários respondidos. Após apurar que 98,61% dos profissionais tinham acesso à internet no trabalho, obteve percentual de 76,06% entre os que disseram recorrer à rede todos os dias e de 14,08% entre os que garantiram fazê-lo pelo menos duas vezes por semana.

Mesmo considerando o fato de que todos os computadores da redação do “Estado de Minas” são conectados, por banda larga, à internet, 24 horas por dia, e que não haveria a possibilidade de os profissionais ficarem alheios aos recursos que ela oferece – ainda que não os dominassem –, dados levantados nesta pesquisa também apontaram para um alto grau de dependência dos profissionais em relação à rede.

No processo de observação assistemática, no qual foram feitas entrevistas não estruturadas, um jornalista relatou que, quando a internet pára de funcionar, geralmente por algum problema técnico dos servidores do jornal, ou “quando a internet cai”, para usar suas palavras, “muita gente fica sem saber o que fazer e simplesmente pára de trabalhar, vai fumar ou tomar um café, até que ela volte”.

Também ficou patente na pesquisa que a internet atende ao propósito de munir os jornalistas com contribuições para criar pautas jornalísticas: 90% deles afirmaram encontrar, na rede mundial de computadores, com frequência (68%) ou eventualmente (22%), informações e idéias para matérias (GRAF. 2.).

Gráfico 2 – Onde os jornalistas encontram informações e idéias para as matérias que cobrem.



Fonte: Pesquisa por questionário com 50 respondentes.

O mesmo sucesso não foi verificado em relação ao uso pelos jornalistas da intranet, que abriga o serviço “Busca EM”, de acesso ao banco de dados do próprio jornal. Neste caso, 80% dos entrevistados disseram usar raramente (40%) ou nunca (40%) o serviço para fazer pesquisas que lhes dêem informações e idéias para matérias, enquanto apenas 10% disseram fazê-lo eventualmente e 4%, com frequência.

Isso indica que a maioria dos jornalistas do “Estado de Minas” não aprova o sistema de buscas em sua própria base de dados, ou por não considerá-lo de boa usabilidade ou, simplesmente, por não se satisfazer com seu conteúdo. Nas entrevistas não estruturadas, o assunto surgiu e houve respostas que confirmam essa análise. Um dos jornalistas, por

exemplo, disse que “a pesquisa na intranet do Estado de Minas é muito complicada”. Outro lembrou: “Em muitos casos, não consegui encontrar no ‘Busca EM’ matérias que eu mesmo fiz e que foram publicadas na versão impressa”.

Outro dado obtido na pesquisa foi o de que os *releases*, ou informes e comunicados enviados por assessorias de imprensa, por fax ou e-mail, surtem um efeito relativamente pequeno em relação à criação de pautas: 46% dos entrevistados disseram usá-los eventualmente e 30%, percentual que pode ser reputado como significativo, afirmaram usá-los raramente ou nunca. Apenas 20% disseram usá-los com freqüência. Somadas a comentários obtidos nas entrevistas não estruturadas, duas interpretações podem ser dadas a partir dos dados, no que concerne às análises pretendidas neste trabalho:

1) Os profissionais acreditam, de um modo geral, que *releases*, não importa os meios pelos quais sejam enviados, são, via de regra, positivos em relação às organizações da qual se originam – geralmente, caracterizadas como fontes oficiais (Lage, 2000). Também demonstram ser representativos de interesses dessas mesmas organizações, sejam elas públicas, privadas ou classistas. Dessa forma, seriam inadequados, em muitos casos, para a formulação de pautas, uma vez que o jornalismo tem como um de seus pressupostos a busca da independência na produção de notícias.

2) Com as facilidades propiciadas pela internet, nos últimos anos, conforme Garrison (1999), Canavilhas (2004) e Lage (1997, 2000), os profissionais ganharam mais autonomia para a elaboração de suas pautas. A ampliação do universo informacional e a facilidade de acesso a esse universo, com o uso da internet, parece reduzir a importância das informações espontaneamente fornecidas pelas organizações como base para a elaboração de roteiros de

cobertura diária. Os jornalistas tendem a buscar, por conta própria, sem a necessidade de serem informados pelas mais variadas organizações, os assuntos que irão cobrir.

Também foi verificado que, apesar do uso significativo da internet como fonte de idéias para matérias, 60% dos entrevistados afirmaram procurar informações para estes fins, freqüentemente, por meio de contatos ou entrevistas pessoais. 28% garantiram fazer o mesmo, só que eventualmente (GRAF. 3).

Gráfico 3 – Onde os jornalistas encontram informações e idéias para as matérias que cobrem.



Fonte: Pesquisa por questionário com 50 respondentes.

Isso mostra que, mesmo com as facilidades proporcionadas pela internet para a criação de pautas, a maioria dos jornalistas do “Estado de Minas” segue fiel aos meios que podem ser considerados tradicionais, na cultura profissional da categoria, para a obtenção de informações que possibilitem esse trabalho.

Da mesma forma, 94% dos jornalistas do “Estado de Minas” também elegeram as conversas com especialistas nas áreas que cobrem como manancial de onde extraíam idéias

e informações para matérias. O elevado percentual reforça a constatação de que as fontes tradicionais de informação, em grande medida, ainda são privilegiadas pelos profissionais.

Outra verificação é a de que 38% dos jornalistas entrevistados disseram usar com frequência outros jornais, TVs, rádios e jornais on-line como inspiração para a formulação de pautas e fonte de informações para suas matérias, enquanto 42% afirmaram fazê-lo eventualmente e apenas 14% garantiram utilizar esse expediente raramente ou nunca.

O que se nota, a partir desses dados, é que o percentual de jornalistas que alegou fazer uso desses meios freqüentemente ou eventualmente (82%), na busca por idéias para pautas e informações para as matérias que cobrem, é bem próximo ao dos que, no item que descreve a internet como fonte para os referidos fins, disseram usar a rede com a mesma intensidade (80%).

Isso indica que a internet, na redação do “Estado de Minas”, talvez até por se configurar como uma mídia que congrega os outros meios (jornais, TVs, rádios e on-line), tem, praticamente, a mesma importância destes como fonte para a criação de pautas e obtenção de informações para o trabalho jornalístico.

Entre 52% dos jornalistas que asseguraram buscar em outros meios informações e idéias para matérias, 46,42% citaram recursos diversos, nenhum deles com percentual significativo de respostas semelhantes, como “leitura de livros e revistas”, “viagens” e “consulta a arquivos pessoais”; 32,14% afirmaram recorrer, em intensidade variada, a “conversas com amigos e colegas de trabalho e a observação do dia-a-dia”; e 21,42% não especificaram nenhum meio, embora tenham assinalado, também com intensidades variadas, a alternativa “outros meios”.

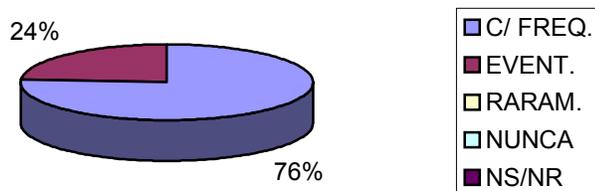
De qualquer forma, infere-se que praticamente a metade dos entrevistados garantiu usar mais fontes que as propostas na questão, sendo que “conversas com amigos e colegas de trabalho e observação” foi a citação com maior ocorrência.

Isso demonstra que os profissionais, mais uma vez, a despeito dos benefícios da internet para seu trabalho, apresentam fortes indícios de que se mantêm fiéis às maneiras que podem ser consideradas tradicionais para a obtenção de idéias para pautas e informações para suas matérias.

Já no que concerne à internet como ferramenta para aprofundar e contextualizar matérias que estão sendo apuradas (GRAF. 4), 100% dos jornalistas entrevistados afirmaram fazer uso da rede com frequência (76%) ou eventualmente (24%). Esses dados confirmam que os jornalistas entrevistados consideram a rede mundial de computadores fundamental para a construção de seus próprios textos jornalísticos e, ainda, voltam a suscitar a dependência, na redação do “Estado de Minas”, da internet como instrumento de trabalho diário. Ao mesmo tempo, mostram que a internet é mais importante como banco de dados para apurações dos jornalistas que como fonte para a criação de pautas.

Gráfico 4 – Motivo e frequência para o uso da internet no trabalho.

Obter inf. para aprofundar e contextualizar temas



Fonte: Pesquisa por questionário com 50 respondentes.

Em relação ao uso da internet como recurso para encontrar fontes e/ou especialistas, 40% dos entrevistados afirmaram fazer isso com frequência; 22%, eventualmente, mas 38%, quase o mesmo percentual que respondeu “freqüentemente”, disseram fazê-lo raramente ou nunca. A indicação é de que a Internet, como recurso fundamental para encontrar fontes e/ou especialistas, além de não ser uma unanimidade entre os jornalistas do “Estado de Minas”, também poderia não estar cumprindo bem essa função, na visão de boa parte dos profissionais.

Em outro quesito, sobre o uso da internet para a busca de fotos ou infografias (gráficos, quadros, tabelas, etc.), 58% dos entrevistados afirmaram usar a internet raramente (48%) ou nunca (10%) para este fim, enquanto 24% disseram fazer isso eventualmente e apenas 16%, com frequência.

Os números sugerem que a rede não atende à maioria dos jornalistas no que diz respeito a dados para composição de quadros, gráficos e tabelas e a imagens para ilustrar matérias. Comentários colhidos entre os jornalistas em entrevistas não estruturadas, no entanto, indicam que o problema maior, sobretudo no caso de dados para infografias, é a falta de credibilidade e a desconfiança em relação à atualidade dos mesmos, quando encontrados na internet.

No caso das fotografias, a explicação recorrente é de que o jornal tem um departamento específico para a obtenção de material fotográfico, com profissionais próprios ou *freelancers* (fotojornalistas) e acordos com agências nacionais e internacionais para compra desse tipo de material. Todas essas imagens são disponibilizadas aos profissionais da redação por meio da intranet, o que os isenta de usar a internet para este fim.

Ainda no tópico sobre os motivos para o recurso à internet no trabalho, relacionando-se a frequência com que isso ocorre, 78% dos jornalistas entrevistados disseram usar o e-mail com frequência (48%) ou eventualmente (30%), para receber informações específicas de empresas e outros órgãos, solicitadas previamente ou espontaneamente enviadas a eles. Esses números comprovam a importância da internet como ferramenta de comunicação (e-mail) entre os jornalistas e suas fontes, em relação aos documentos enviados pelas assessorias.

Ao serem questionados sobre uma eventual mudança nas fontes de informação, com a adoção da internet no trabalho, 38% dos entrevistados consideraram que isso ocorreu de forma relativa, ou de maneira pouco importante, enquanto 36% afirmaram que as fontes mudaram bastante. Somente 8% consideraram que as fontes mudaram totalmente, o mesmo percentual que afirmou que elas não mudaram nada, enquanto 10% disseram não saber a resposta.

Portanto, 74% acreditam que as fontes mudaram bastante ou relativamente. Isso indica uma nítida percepção, entre os jornalistas do “Estado de Minas”, de que, a partir da entrada e da consolidação da internet como ferramenta de trabalho, houve a necessidade de, pelo menos, se pensar em uma reformulação do relacionamento com as fontes.

Na questão aberta que se seguiu, solicitando aos entrevistados que especificassem de que forma as fontes teriam mudado, com a chegada da internet, 70% (35 deles) responderam. Deste total, a maioria (88,5%) citou, entre outras explicações ou de maneira exclusiva, que, com a internet como ferramenta de trabalho, houve a facilitação do acesso às fontes normalmente usadas.

Outros 25,71% lembraram, em suas respostas, que, com a internet, passou a haver a necessidade de um maior cuidado com as fontes de informação, descobertas ou contactadas com o uso da rede.

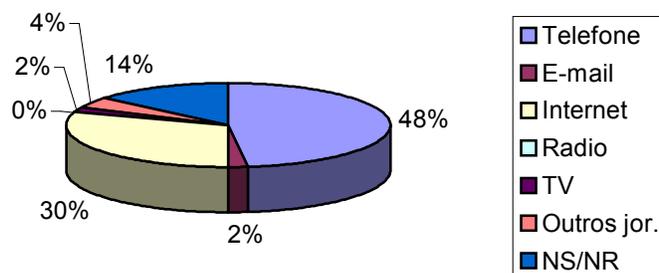
8,71% dos respondentes afirmaram que a internet possibilitou maior agilidade na apuração de matérias, na medida que facilitou o acesso a diferentes fontes.

Já 5,71% lembraram que a mudança pôde ser sentida a partir do momento que algumas fontes, que antes só seriam acessadas pessoalmente, por telefone ou mesmo por fax, passaram a ser contactadas e a dar entrevistas apenas por e-mail. Isso, para citar uma das respostas, teria prejudicado “a qualidade do trabalho jornalístico, ao limitar a possibilidade de contra-argumentação e anular o potencial crítico do profissional”.

Na questão sobre a ferramenta que os jornalistas consideram mais importante para o trabalho, entre as alternativas oferecidas (GRAF. 5), a internet, excluindo-se o uso do e-mail, que poderia ser votado isoladamente, apareceu em segundo lugar, com 30% dos votos. Só perdeu para o telefone, que liderou a preferência dos respondentes, com 48%.

Constatou-se ainda que a internet superou, em muito, as demais ferramentas citadas: Outros jornais (4%); TV (2%), o próprio e-mail (2%) e o Rádio (0%). A constatação é de que a rede mundial de computadores passou de fato a ser praticamente imprescindível no trabalho jornalístico, ao contrário do que ocorria mesmo em seus primórdios, quando a TV e o Rádio ocupavam esse papel, nas redações, também perdendo apenas para o telefone.

Gráfico 5 - Ferramentas que os jornalistas do “Estado de Minas” consideraram mais importantes para o trabalho.

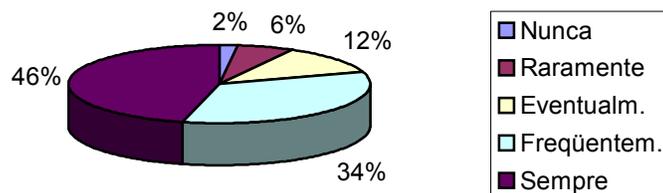


Fonte: Pesquisa por questionário com 50 respondentes.

5.2 Necessidade de checagem de informações

Em relação à checagem de informações obtidas com o uso da internet, 46% dos jornalistas do “Estado de Minas” afirmaram que adotam sempre este procedimento e 34% disseram fazê-lo freqüentemente, o que totaliza em 80% o percentual dos entrevistados que, no mínimo, se preocupam com esse princípio fundamental do jornalismo. Outros 12% afirmaram fazer checagens eventualmente e 6%, raramente. 2% disseram nunca fazer qualquer tipo de checagem (gráfico 6).

Gráfico 6 – Freqüência de checagem de informações obtidas na internet por outros meios.



Fonte: Pesquisa por questionário com 50 respondentes.

No total, 74% dos entrevistados disseram que costumam fazer a checagem de informações obtidas na internet mesmo que considerem confiáveis as páginas ou sites nas quais as obtiveram. A soma deste percentual foi obtida assim: 42% afirmaram que, se não conseguem checar as informações por outras fontes, por falta de tempo, simplesmente não as usam em suas matérias; e os 32% restantes condicionaram a checagem, no caso de informações obtidas em páginas confiáveis, à disponibilidade de tempo – se não houver tempo para checar, disseram que usam assim mesmo as informações.

Outros 20% dos entrevistados disseram fazer checagem das informações somente quando não consideram as páginas nas quais as obtiveram confiáveis, sendo que 12% admitiram usar essas informações se não houver tempo para fazer a checagem e os restantes 8% garantiram que não usam as informações, em páginas que não considerem confiáveis, se não houver tempo para checagem (Tabela 2).

Tabela 2 – Motivos para checagem de informação obtida na internet – páginas confiáveis ou não e tempo disponível para tal procedimento.

Situações em que é feita a checagem de informação obtida na internet	Frequência	Percentual
1. Sempre que as informações não tiverem sido obtidas em páginas que considero confiáveis. Mas, em alguns casos, se não houver tempo para a checagem, posso usá-las	6	12%
2. Sempre que as informações não tiverem sido obtidas em páginas que considero confiáveis. Se não houver tempo para a checagem, jamais uso as informações	4	8%
3 – Mesmo que eu considere as páginas confiáveis, é necessária a checagem das informações. Só não faço isso se não houver tempo	16	32%
4 - Mesmo que eu considere as páginas confiáveis, é necessária a checagem das informações. Se não houver tempo para fazer isso, não uso as informações	21	42%
5 – Não sabem/ Não responderam	3	6%
Total	50	100%

Uma das observações que podem ser feitas, a partir desses dados, é a de que a falta de tempo para a conclusão das matérias jornalísticas, no dia-a-dia da redação do Estado de Minas, faz com que muitos profissionais usem informações sem checar, tenham elas sido obtidas em páginas que consideram confiáveis (32% do total de entrevistados) ou mesmo nas que não consideram confiáveis (12%).

Pode-se afirmar, também, que 52%, ou mais da metade dos entrevistados, admitem que a falta de tempo os leva a não fazer a checagem de informações obtidas na internet, sejam elas oriundas de páginas consideradas por eles confiáveis ou não confiáveis. Tal falta de tempo está associada aos rígidos horários de fechamento das edições, que condicionam e exercem pressão sobre o trabalho dos profissionais.

Foi solicitado ainda aos jornalistas que marcassem duas alternativas, entre cinco apresentadas, com os motivos que consideram mais importantes para fazer a checagem de informações obtidas na internet. 48% dos respondentes marcaram apenas uma opção, mas os 52% restantes marcaram duas, como proposto na questão.

Do total de respostas, 50% indicam que um dos dois principais motivos que levam os jornalistas do “Estado de Minas” a fazer a checagem de informações é quando consideram a fonte das mesmas, obtida na internet, de credibilidade duvidosa; 52% apontaram que um forte motivo para checagem é quando as informações são obtidas em páginas cujos responsáveis teriam interesse em veiculá-las da maneira como foram encontradas; 36% sustentam que uma das duas razões mais importantes para fazer a checagem de informações encontradas na internet seriam problemas que poderiam ter havido no processo de pesquisa das mesmas; 14% das respostas se inserem na prerrogativa de que a internet nunca é confiável e que, portanto, todas as informações obtidas por intermédio dela devem ser checadas. (Tabela 3)

Tabela 3 – Dois motivos mais importantes para checagem de informações obtidas na internet, independentemente do tempo disponível para fazê-lo.

Motivos	Percentual*
1 - Quando as fontes digitais são de credibilidade duvidosa	50%
2 - Quando as informações são encontradas em sites que teriam interesse em veiculá-las daquela forma	52%
3 - Nos casos em que a pesquisa possa não ter sido feita apropriadamente, é necessária a checagem das informações encontradas. Do contrário, não haveria essa necessidade	36%
4 - A internet nunca é confiável, não importando os sites consultados	14%
5 - Não sabem/ Não responderam	4%

Nota: A questão solicitava a cada entrevistado a marcação de duas alternativas. 48% dos respondentes, no entanto, marcaram apenas uma opção, e os 52% restantes marcaram duas, como era pedido.

O que se constata, porém, é que as três alegações que obtiveram, somadas, o maior número de votos dizem respeito à falta de credibilidade das fontes na internet. Isso demonstra, claramente, a preocupação dos jornalistas com a qualidade do que é encontrado na rede. Se levadas em consideração respostas a questões anteriores, no entanto, fica evidente que tal preocupação, apesar de presente, tende a ser relativizada, em virtude, sobretudo, do fator tempo, condicionante do processo produtivo nas redações jornalísticas.

5.3 Sites e páginas mais visitados

Os jornalistas foram solicitados a observar a barra de endereços de seus navegadores e a relacionar os cinco *sites* ou páginas de internet mais visitadas durante as atividades

profissionais. O que se notou é que os dois sites mais citados têm características bem diferentes. Um deles é o Google, que liderou o número de respostas, com 52% das respostas, sendo que em 20% delas foi colocado como primeiro em ordem de importância no dia-a-dia dos profissionais.

Trata-se de um motor de busca, o mais acessado do mundo, que comprova, pelo menos a partir desta pesquisa, ser uma ferramenta fundamental para o trabalho jornalístico. O outro é o Uol (do grupo Folha de São Paulo), que apareceu em 50% das respostas, mas superou o Google em importância, com 28% dos votos como primeiro colocado neste quesito. O Uol é um portal horizontal de Internet, ou seja, um site com uma série de serviços para um público genérico, bastante utilizado pelos jornalistas em função de seu caráter noticioso, com informações constantemente atualizadas e lançadas em tempo real.

Os demais sites citados, cada um em mais de 8% das respostas, por isso considerados relevantes para efeito deste trabalho, são o do jornal “O Estado de São Paulo” (18% das respostas); o das organizações Globo (16% das respostas e em 4% delas como primeiro, em importância); o da “Folha de São Paulo” e o do jornal “O Globo” (8%, cada), comprovando que a categoria de *sites* de conteúdo jornalístico é a mais importante para o trabalho para a maioria dos profissionais (Tabela 4).

Tabela 4 – Sites para pesquisa, jornalísticos e informativos mais usados pelos jornalistas do “Estado de Minas”

Sites mais citados	Ocorrência (%)	Em primeiro lugar (%)
1- Google	52	20
2 – Uol	50	28
3 – O Estado de São Paulo	18	-----
4 – Globo	16	4
5 – Folha de São Paulo	8	-----
6 – Jornal O Globo	8	-----

Igualmente foram lembrados sites com caráter também jornalístico e informativo, mas que apareceram em menos de 8% das respostas. São eles BBC (www.bbcnews.com.br), Uai e Superesportes (ambos no endereço www.uai.com.br e pertencentes ao mesmo grupo controlador do “Estado de Minas”); Radiobrás (www.radiobras.com.br), Reuters (www.reuters.com.br), Agência Estado (www.agemado.com.br), IG (www.ig.com.br), Terra (www.terra.com.br), jornal Hoje em Dia (www.hojeemdia.com.br), Marca (www.marca.es), ESPN (www.espn.com.br) e CNN (www.cnn.com.br) (Tabela 5).

Chama a atenção o fato de que os sites do portal Uai, com informações jornalísticas em tempo real, aparecem em menos de 8% das respostas dos jornalistas do próprio “Estado de Minas”. Isso indica que os profissionais não demonstram interesse em saber o que seus colegas de grupo, que, embora em uma empresa diferente, têm seu ambientes de trabalho situado na mesma redação, estão produzindo, em termos de notícias.

Ao todo, 205 sites foram citados pelos entrevistados nessa questão. A divisão por conteúdo pode ser vista na tabela 5. Embora com percentual significativo (32%), no geral, a categoria “sites diversos” não é considerada relevante para este trabalho. Boa parte dos sites citados, sendo que nenhum deles apareceu mais de uma vez, era de interesse estritamente pessoal dos jornalistas, como *flogs*, *blogs* e sites de download de jogos de computador, ou específicos da área de cobertura de cada profissional. Por exemplo, um site sobre preços e novidades no setor automobilístico, usado por um repórter do Caderno de Veículos do jornal; site sobre lançamentos de moda, por um repórter do Caderno Feminino; e site literários e sobre cinema, por repórter do Caderno de Cultura.

Tabela 5 – Sites mais acessados pelos jornalistas do “Estado de Minas”, por tipo de conteúdo.

Conteúdo dos sites	Percentual
1- Informação jornalística	41,9%
2 – Informativos (empresas, entidades sindicais, esportivas e classistas)	12,6%
3 – Órgãos do Poder Executivo	5,8%
4 – Órgãos do Poder Judiciário	4,3%
5 – Órgãos do Poder Legislativo	3,4%
6 – Sites diversos	32%
Total	100%

5.4 Conhecimento sobre sites especializados em investigações jornalísticas

Apenas 18% do total de entrevistados responderam sim ao serem questionados sobre o conhecimento ou não de sites especializados em auxílio ao trabalho de apuração jornalística. Na questão seguinte, em que se pedia para que citassem os que conheciam, a maioria dos jornalistas (55,55%) citou menos de três sites.

Do total de respondentes a esta questão, 44,44 % incluíram o Google, que, embora útil para pesquisas e apuração, não pode ser descrito como específico para o trabalho jornalístico; 33% citaram o site Comunique-se, um portal feito por e para jornalistas, mas sem um sistema de busca específico para a categoria; e 22,22% citaram o Uol, também sem esta especificidade. 11,11% citaram dois sites especializados em jornalismo investigativo, mas igualmente sem um sistema de buscas para jornalistas (geocities.com/mssilud e investigativo.blogspot.com).

5.5 Vantagens e desvantagens da internet

Os jornalistas do “Estado de Minas” pesquisados neste trabalho foram solicitados a indicar, entre sete alternativas propostas, quais as três que consideravam mais importantes no que diz respeito às contribuições da internet para o trabalho jornalístico. No resultado geral (Tabela 7), 30% marcaram apenas uma alternativa; 26% marcaram duas; e 44% marcaram três, como fora pedido no enunciado.

Constatou-se que a contribuição mais citada, com 70% das respostas, foi a facilidade proporcionada pela internet para acesso a fontes, seja por e-mails, sites ou grupos de discussão. Atrás dela, apareceu, em 56% das respostas, a afirmação de que a internet

oferece simplicidade para que se façam pesquisas úteis ao trabalho, seguida, com ocorrência em 50% das respostas, pelo postulado de que a rede é um manancial inesgotável de informações, o que propiciaria aumento na qualidade do trabalho jornalístico. A redução no tempo de produção de notícias, com economia de “sola de sapato”, foi assinalada em apenas 20% das respostas. Entende-se, porém, que esta alternativa tem íntima relação com a mais citada.

Tabela 6– Contribuições da internet mais importantes para o trabalho jornalístico, na opinião dos jornalistas do “Estado de Minas”.

Contribuições	Percentual*
1- Manancial inesgotável de informações proporciona aumento na qualidade do trabalho	54%
2 - Redução no tempo de produção de notícias, com economia de “sola de sapato”	20%
3 - Com as novas tecnologias de informação, as empresas jornalísticas agilizaram seus processos e melhoraram as condições de trabalho de seus empregados	12%
4 - Facilidade de acesso a fontes, seja por e-mails, sites ou grupos de discussão	70%
5 - Confiabilidade das informações encontradas	2%
6 - Simplicidade para fazer pesquisas úteis ao trabalho	56%
7 – Outras	8%

Nota: 30% dos respondentes marcaram apenas uma alternativa; 26% marcaram duas; e 44% marcaram três, como fora pedido no enunciado.

É curioso notar que as afirmações com menos votos foram as de que, com as novas tecnologias de informação, as empresas jornalísticas agilizaram seus processos e

melhoraram as condições de trabalho de seus empregados (ocorrência em 12% das respostas), e de que há confiabilidade das informações encontradas na internet (apenas em 2% das respostas). O primeiro resultado denota que os jornalistas, em sua maioria, não coadunam com a tese de que os avanços tecnológicos tenham servido a um aumento de qualidade em suas condições trabalhistas. O segundo corrobora a visão, quase unânime, de que confiabilidade não é o forte da internet, no tocante à obtenção de informações.

Entre os 8% dos entrevistados que marcaram a alternativa “outras”, metade (4%) referiu-se à facilidade de “acesso a documentos oficiais, leis e decretos”. A outra metade dividiu-se, também meio a meio, entre “acesso a informações geograficamente distantes” e ao fato de a internet ser “uma nova mídia”, conforme categorização feita na tabulação dos dados.

Da mesma maneira, foram oferecidas aos jornalistas sete alternativas sobre as desvantagens da internet para o trabalho (Tabela 8). A alternativa com maior número de respostas (72% dos respondentes) foi a que sustenta que haveria falta de credibilidade de algumas informações encontradas na internet. Sessenta e quatro por cento dos entrevistados marcaram a alternativa segundo a qual a facilidade de acesso a dados, oferecida pela internet, pode tornar os jornalistas comodistas e dependentes de tecnologias sujeitas a falhas. Também para 60% dos jornalistas, a internet tem muita informação, mas pouca qualidade.

Trinta e seis por cento assinalaram que, com as novas tecnologias de informação, as empresas melhoraram seus processos, mas tendem a reduzir o número de empregados e a piorar as suas condições de trabalho. Esses dados demonstram que boa parte dos profissionais está preocupada com a relação entre os avanços tecnológicos e as perdas que isso acarreta para os trabalhadores.

Entre os 6% que marcaram “outras”, as citações foram: “sites com dificuldade de acesso à informação”, “ausência, pelo menos no Brasil, de bancos de dados vastos”; e “inibição à concorrência entre jornais”, cada uma com 2% de ocorrência.

Tabela 7– As três principais desvantagens da internet para o trabalho jornalístico, na opinião dos jornalistas do “Estado de Minas”.

Desvantagens	Percentual*
1 – Muita informação, mas pouca qualidade	60%
2 - Facilidade de acesso a dados pode tornar os jornalistas comodistas e dependentes de tecnologias que são sujeitas a falhas	64%
3 – Com as novas Tecnologias de Informação, as empresas melhoraram seus processos, mas tendem a reduzir o número e a piorar as condições de trabalho de seus empregados	36%
4- Dificuldade no acesso a fontes, seja por e-mails ou grupos de discussão	6%
5- Falta de credibilidade de algumas informações encontradas	72%
6 - Complexidade para fazer pesquisas úteis ao trabalho	56%
7 – Outras	8%

Nota: 64% responderam três, como era pedido; 24% responderam duas; 6% responderam uma; 2% responderam mais de três.

5.6 Habilidade para busca e recuperação de informações na internet

Embora 68% dos entrevistados tenham confiança em suas próprias habilidades para fazer pesquisas proveitosas na internet, os questionários indicaram que 32% dos jornalistas admitem que poderiam conseguir melhores resultados, mesmo que acreditem saber usar motores de busca e outros mecanismos de navegação na rede. Metade destes (16%) acha que precisa desenvolver suas técnicas de uso e pesquisa na internet (Tabela 9).

Tabela 8 - Classificação das habilidades de busca de busca e recuperação de informação na internet pelos jornalistas.

Classificação da própria de habilidade	Percentual
1- Geralmente, eu encontro toda a informação que preciso com pouca ou nenhuma dificuldade	68%
2 – Apesar de conhecer e saber usar os motores de busca e outros mecanismos de navegação na internet, tenho dificuldades para encontrar informação aproveitável na rede	16%
3 – Preciso desenvolver minhas técnicas de pesquisa para que possa encontrar informações de qualidade na internet de maneira mais rápida e efetiva	16%
4 – Outra classificação	0%
Total	100%

Cabe ressaltar que 86% dos entrevistados afirmaram nunca ter recebido treinamento formal, no “Estado de Minas” ou em outras empresas nas quais trabalharam, para usar melhor a internet em suas atividades profissionais. Mesmo assim, a maioria dos entrevistados, 56%, afirmou considerar necessário esse treinamento.

Se esse número é comparado a dados obtidos nas questões anteriores sobre o mesmo assunto, percebe-se que boa parte dos jornalistas entrevistados – certamente, entre eles, os

32% que admitiram que poderiam conseguir melhores resultados do que os que conseguem, com seu atual conhecimento sobre procedimentos e técnicas de busca e recuperação de informações na rede –, gostaria que a direção do “Estado de Minas” promovesse cursos para aperfeiçoamento no uso da internet.

Também vale destacar, no âmbito das habilidades para busca e recuperação de informações na internet, que 70% dos entrevistados disseram acreditar que têm domínio da língua inglesa suficiente para fazer bom uso da internet no trabalho, podendo, assim, acessar sites e páginas nesse idioma.

5.7 Comentários dos jornalistas

A questão final do questionário, na qual os jornalistas poderiam fazer comentários sobre a pesquisa, foi respondida por 10 entrevistados (20%). As respostas podem ser reunidas em grupos, conforme a preocupação apresentada.

No primeiro grupo, que teve duas respostas, o tema é o suposto comodismo que a internet e as facilidades que ela proporciona ao trabalho jornalístico estariam estimulando entre os profissionais.

Um jornalista com idade entre 45 e 65 anos, do setor de esportes do “Estado de Minas” – e que declarou fazer uso da rede mundial de computadores há mais de seis anos –, condena a substituição, por colegas de profissão, das fontes tradicionais de apuração pelo uso da internet e sugere que muitos profissionais estariam adotando a chamada lei do menor esforço ao utilizar a rede.

“A notícia, a informação tem de ser apurada na fonte. O resto é filar (sic), é a lei do menor esforço”.

Outro profissional, do setor de Cidades, usuário da internet há mais de seis anos, mas com idade entre 36 e 45 anos, lembra que a internet, embora seja um recurso valioso para o trabalho jornalístico, também poderia atender ao que classifica como oportunismo de determinados usuários.

“A internet é um grande campo fértil para o bom jornalista. Mas o é também para o oportunista que tem preguiça de apurar as informações de que precisa”.

Em outro grupo, com três respostas, o enfoque principal é no aspecto da credibilidade e da confiabilidade das informações obtidas na internet. Um dos entrevistados, homem, com idade de 26 a 35 anos, do setor de política e que faz uso da internet no trabalho há mais de seis anos, diz considerar tal questão enganosa quanto à sua importância, na medida em que os riscos de se obter informações não confiáveis por intermédio do uso da rede mundial de computadores seriam os mesmos em outras situações.

O respondente também ressalta que cabe aos jornalistas, seja no caso de informações obtidas na internet ou por outros meios, a tarefa de fazer a filtragem do que apuram, baseados em seus conhecimentos sobre o assunto em pauta.

“O problema da credibilidade das informações na internet é, para mim, um falso problema. A credibilidade do que divulga o site oficial de um órgão público é a mesma informação repassada pelos assessores de imprensa do órgão. A credibilidade de um site pessoal é a mesma de uma conversa informal e descontraída de uma mesa de bar ou fila de banco. Nos dois casos, e em muitos outros, é preciso filtrar informações recebidas conforme critérios balizados pelo conhecimento do jornalista sobre o assunto, por sua experiência e por regras éticas e técnicas da própria profissão. Nesse sentido, a internet é importante, mas não chega a ter, necessariamente, uma especificidade”.

O mesmo entrevistado ainda faz considerações sobre as vantagens da internet para as atividades dos jornalistas, mas sustenta que elas pouco adiantam se o profissional que usa a rede não tiver uma boa preparação para desempenhar suas funções.

“Em minha opinião, por enquanto, a grande contribuição da internet para o trabalho do jornalista diz respeito à qualidade e à facilidade de acesso a fontes, sobretudo documentais. Hoje, é possível consultar um projeto de lei em segundos, no site da Câmara dos Deputados, por exemplo. Isso pode ser feito, inclusive, de madrugada, enquanto os funcionários da casa legislativa dormem e seus arquivos estão fechados. A internet permite, ainda, o acesso a um volume de informação que demandaria enorme trabalho para ser reunido de outra forma. O trabalho para filtrar a informação recebida, no entanto, permanece”.

O respondente finaliza com a ressalva de que no Brasil ainda há não há uma quantidade significativa de dados úteis ao trabalho jornalístico disponíveis na rede mundial de computadores.

“Como já destaquei em questão acima, é lamentável que o número de bancos de dados vastos seja ainda pequeno no Brasil. Quando tal Quadro mudar, as características descritas no parágrafo anterior serão ainda mais visíveis”.

Outro entrevistado, do setor de cidades e que não revelou sua idade, mas se disse usuário da internet há entre quatro e seis anos, assinala que há falta de qualidade das informações encontradas na rede. Também sustenta que muitos conteúdos podem ser oferecidos na internet conforme interesses específicos de quem os veicula, o que demandaria uma visão mais crítica dos jornalistas no trabalho de apuração. Ele censura colegas que não se importariam com essas questões.

“A internet é uma fonte inesgotável de pesquisa, que permite que o jornalista se atualize rapidamente sobre um tema desconhecido e, não raro, pode mudar os rumos de uma reportagem. Mas vejo excesso de confiança, por parte dos colegas, já que a qualidade das informações, muitas vezes, é duvidosa ou o conteúdo é motivado por interesses”.

Em um terceiro grupo, com três respostas, os entrevistados também abordam o problema da credibilidade e da confiabilidade das informações, mas dão mais ênfase em suas considerações à necessidade ou não de checagem, por outras fontes, do conteúdo encontrado na rede.

Uma jornalista do setor de economia, com idade entre 36 e 35 anos e usuária da internet há entre quatro e seis anos, admitiu não fazer a conferência, por meios distintos, do material obtido pela internet para seu trabalho, em alguns casos. Mas explicou e justificou esse procedimento com base em uma análise pessoal sobre as motivações do divulgador das informações.

“A questão de usar informações encontradas na internet é relativa. Eu disse que uso mesmo se não houver tempo de checá-las, mas isso só acontece em casos muito especiais, por exemplo, informações encontradas em sites de empresas que não envolvam situações polêmicas, considerações sobre seus concorrentes ou seus juízos de valor”.

Outra jornalista, do setor de cidades, com idade entre 18 e 25 anos e usuária da internet no trabalho há entre um e seis anos, ressaltou a importância da rede para a obtenção de documentos e para a realização de pesquisas que ajudem a contextualizar os assuntos tratados. Disse ainda que “sempre é preciso checar” o que se encontra, mas fez uma ressalva: isso não seria necessário quando a origem do material é um “site oficial”.

“A internet é muito útil para saber o que se tem dito sobre determinado assunto e para ter acesso a documentos oficiais em sites oficiais. É possível identificar práticas ilícitas (já descobri laboratórios que vendiam medicamentos sem receita, por exemplo), mas sempre é preciso checar. Só não checo quando é informação oficial de site oficial”.

Um jornalista mais experiente, do setor de esportes, com idade entre 46 e 65 anos e usuário da rede há entre quatro e seis anos, destacou a necessidade de checagem das informações encontradas na internet, lembrando que evitar erros deve ser uma preocupação constante dos colegas. Antes, porém, falou sobre a importância da prática da leitura, de um modo geral – e não apenas de textos veiculados pela internet –, para a formação de bons profissionais.

“Tão ou mais importante que recorrer à internet como fonte de pesquisa, o jornalista deve ler sempre jornais, revistas, livros, tudo o que puder. Quanto mais você lê, melhor escreve.”

E fazer o máximo esforço para só publicar uma informação quando tiver certeza de que ela está correta. Tentar não errar deve ser um esforço permanente” .

O quarto grupo, com duas respostas divergentes, aborda o papel da internet em relação às chamadas reportagens investigativas. Um entrevistado, do setor de economia, com idade entre 26 e 35 anos e usuário da rede há entre quatro e seis anos, reconhece os benefícios da internet para o trabalho jornalístico, seja como meio de difusão ou como recurso de pesquisa. Mas afirma que os jornalistas e a profissão ainda precisam se posicionar melhor nesse cenário.

Para ele, um dos efeitos negativos do crescente uso da internet nas redações seria o barateamento dos processos de produção da notícia, visto com bons olhos pelos proprietários dos órgãos de imprensa, e a conseqüente redução das reportagens investigativas, que demandariam mais investimentos. O entrevistado se refere, provavelmente, ao fato de que investigações requerem deslocamentos físicos de repórteres, o que encarece os custos de produção.

“A internet veio para ficar e o trabalho jornalístico ganhou muito com ela, seja para difundir suas notícias quanto para acessar informações úteis. O importante hoje é definir qual o novo papel do jornalismo e do jornalista nos tempos da comunicação digital. O impacto na redução de custo da produção de notícia agravou o problema da pouca reportagem investigativa”.

Já um outro respondente, com idade entre 36 e 45 anos e que se classifica como jornalista investigativo, usando a internet no trabalho há mais de seis anos, diz o oposto. Citando uma pesquisa sobre o Pulitzer, um dos maiores prêmios do jornalismo mundial, criado em 1917 pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, o entrevistado afirma que a rede mundial de computadores não inibe; ao contrário, estimula, facilita e dá qualidade às investigações jornalísticas.

“A importância da internet na produção de reportagens é apontado (sic) por várias pesquisas. Por exemplo, uma pesquisa da associação dos jornalistas investigativos mostra que 80% das reportagens premiadas com o Pulitzer foram feitas com o uso da internet”.

Isoladamente, um outro entrevistado, com idade entre 46 e 55 anos e usuário da rede no trabalho há mais de seis anos, encerra o questionário fazendo menção à internet como espaço para a divulgação de material jornalístico e lembrando já ter atuado em um site sobre esportes.

“Eu já fui editor-executivo de um site especializado em futebol e sei que é um caminho viável e sem volta. Os sites sérios terão condições de disputar espaço com os sites mais tradicionais”.

6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Neste capítulo, são apresentadas conclusões da pesquisa sobre o uso da internet no trabalho pelos jornalistas do jornal “Estado de Minas” e sugestões para trabalhos futuros que possam ser desenvolvidos, a partir do escopo deste estudo. As conclusões levam em conta a revisão de literatura; as considerações sobre o impacto do desenvolvimento das novas tecnologias da informação sobre a categoria profissional dos usuários; as descrições do jornal e do ambiente organizacional da redação; a observação e as entrevistas não-estruturadas; e os resultados do questionário respondido por 50 profissionais.

Uma delas é a de que, desde a implantação da internet na redação do jornal, processo que se deu de forma gradativa, a partir de 1997, os profissionais não apenas usam a rede com frequência crescente, como também têm se tornado cada vez mais dependentes deste recurso tecnológico e informacional para o desempenho de suas funções. Não é de se estranhar que alguns se sintam, como constatado na observação participante não-estruturada e em entrevistas não-estruturadas, desorientados quando o acesso à internet é interrompido, por problemas técnicos.

Entre os benefícios da internet no trabalho jornalístico, um dos que merecem maior destaque, conforme o que se depreende da pesquisa, é o fato de a rede conferir maior autonomia aos profissionais no trabalho, seja para fazer pautas ou, sobretudo, para aprofundar e contextualizar os temas que estão cobrindo.

Mesmo assim, cabe ressaltar que as maneiras que podem ser consideradas tradicionais de contatar fontes ou obter informações, sem o uso da internet – por meio de conversas e consultas pelo telefone ou pessoais – ainda são privilegiadas. Um dado que

corroborar esta afirmação é a constatação de que, ao contrário do que se poderia supor, o uso da internet como meio de comunicação direta entre os profissionais e as fontes, por intermédio dos serviços de e-mail, não é apontado como relevante.

Ainda sobre este assunto, percebe-se que o telefone continua sendo a ferramenta de trabalho mais usada e valorizada pelos jornalistas, embora a navegação pela internet supere em importância, na opinião dos pesquisados, o acompanhamento do rádio, da TV e dos jornais impressos, lidos não na tela dos computadores, para a obtenção de informações úteis às funções desempenhadas pelos profissionais.

Fica patente ainda que, mesmo que a internet apresente grandes vantagens – as mais significativas para os pesquisados são a facilidade de acesso a fontes, a simplicidade para realização de pesquisas e o fato de a rede ser um manancial inesgotável de informações –, aspectos considerados negativos da rede podem, em boa medida, prejudicar os positivos.

Um dos principais problemas, segundo os entrevistados, é a falta de credibilidade e confiabilidade das informações disponíveis na internet. A rede é caracterizada realmente como um imenso repositório de dados acessíveis, benefício inegável para os jornalistas, mas, ao mesmo tempo, há a percepção de que existe pouca qualidade nesse universo de informações.

Outra constatação relacionada à credibilidade e confiabilidade das informações: embora 80% dos jornalistas pesquisados tenham confirmado a preocupação de fazer, por outros meios, e não pela própria internet, a checagem do que é apurado no universo digital, mais da metade deles admite que a falta de tempo, fator condicionante na produção noticiosa, os leva a não seguir esse procedimento.

Isso ocorre no caso de os conteúdos terem sido encontrados em páginas tidas pelos jornalistas como confiáveis e mesmo nas consideradas não confiáveis. Ou seja, os

profissionais estão conscientes de que as apurações feitas na rede carecem, em muitos casos, de confirmação, mas alegam que a pressão do horário de fechamento das edições e a velocidade de produção, imposta pelo cronograma industrial a que estão submetidos – problema que parece insuperável –, prejudica o cumprimento de um dever básico da categoria.

Também ficou evidenciado que, apesar de se considerarem, de um modo geral, aptos e confiantes para desenvolver pesquisas úteis a seu trabalho na internet, além de portadores de conhecimentos suficientes da língua inglesa para executar tal tarefa, os jornalistas do “Estado de Minas” sentem falta de treinamentos específicos para fazer melhor uso da rede.

O processo de observação participante não-estruturada e as entrevistas não-estruturadas aponta, no entanto, que essa reivindicação não é feita à direção do jornal. Embora não se tenha investigado nesta dissertação as causas objetivas de tal discrepância, a pesquisa indica que um dos motivos é o receio dos usuários em demonstrar, perante os colegas, sinais de insegurança no uso da internet para as atividades jornalísticas.

Outra conclusão é a de que, apesar da infinidade de dados e imagens disponíveis na internet, ela não atende, conforme a maior parte dos entrevistados, ao objetivo de obtenção de material para a elaboração de gráficos, tabelas e outros recursos visuais a serem utilizados no jornal impresso. Entretanto, a observação participante não-estruturada indica que a tarefa de usar a rede com esses propósitos fica a cargo de jornalistas e outros funcionários dos departamentos de arte e fotografia do jornal, não incluídos no público pesquisado.

No âmbito da influência dos avanços tecnológicos – notadamente o uso dos computadores e da internet nas atividades diárias dos jornalistas – sobre aspectos

organizacionais e trabalhistas dos jornalistas na redação, o que se conclui é que há uma avaliação positiva dos entrevistados, relativa ao aumento da produtividade da redação.

Mas parte significativa dos profissionais pesquisados, seja em opiniões expressas nas entrevistas não-estruturadas ou no próprio questionário, demonstra preocupação com o fato de que tais avanços redundariam, inevitavelmente, em redução de postos de trabalho, como ocorre com outras categorias impactadas pelo desenvolvimento tecnológico.

Também há o sentimento de que, com o emprego cada vez maior da tecnologia, haveria maior exigência de conhecimentos por parte dos profissionais, sem um concomitante reconhecimento dos padrões, seja por meio de melhorias de salário ou das condições de trabalho.

Em relação aos endereços de internet mais visitados pelos profissionais no trabalho, o que se conclui é que há uma predileção pelos sites de conteúdo informativo, sejam os eminentemente jornalísticos ou outros ligados aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e às mais diversas entidades, que usam a rede pra divulgação também de informações de caráter jornalístico.

Outras constatações são as de que o site Google é o preferido dos jornalistas para buscas e pesquisas e de que o portal Uai, pertencente ao próprio jornal, não é prestigiado. Da mesma maneira, o sistema de buscas que reúne edições anteriores do “Estado de Minas”, na intranet, à qual todos os funcionários da empresa e assinantes do provedor Uai têm acesso, não é tão acionado pelos jornalistas da redação como se poderia supor.

6.1 Sugestões

É válido supor que esta dissertação poderá servir de parâmetro e inspiração para trabalhos futuros. Inúmeros aspectos aqui abordados suscitam estudos mais aprofundados e amplos, seja no âmbito da ciência da informação, de estudos específicos sobre os jornalistas e seus comportamentos na busca por informações ou de comunicação social.

Uma primeira sugestão é que o trabalho sobre o uso da internet por jornalistas, aqui restrito aos profissionais do jornal “Estado de Minas”, seja ampliado, buscando um universo de pesquisa que inclua trabalhadores também de outros veículos, de Minas e dos demais estados brasileiros. Seria ainda mais proveitoso que fossem incluídos no universo a ser pesquisado profissionais não apenas de mídia impressa, mas também funcionários de redações de rádio e TV.

Outra investigação que parece pertinente, a partir dos dados colhidos nesta dissertação, diz respeito às habilidades de pesquisas dos jornalistas na rede mundial de computadores. Tal estudo poderia incluir um monitoramento do comportamento dos usuários durante as pesquisas para o trabalho jornalístico, entrevistas estruturadas com os usuários e verificação dos roteiros de navegação na rede dos computadores de cada pesquisado.

Confrontação entre a produção final dos jornalistas e os caminhos utilizados na pesquisa para a composição desse material, ou o processo de busca e recuperação de informações na internet, poderia dar margem a análises mais aprofundadas que as ora apresentadas.

Também se entende que uma apuração mais detalhada das causas que levam os jornalistas a não privilegiar o uso do sistema de buscas do próprio “Estado de Minas” – além de servir a uma melhor compreensão sobre as motivações dos profissionais em suas pesquisas na internet – poderia gerar um novo modelo para o referido sistema, o que seria de grande utilidade para a empresa.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDESSAR, M. J. Jornalismo e tecnologia: pioneirismo e contradições. Um breve relato da chegada da informatização nas redações catarinenses. 2001. Disponível em www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd3/jornal/mariajosebaldessar.doc. Acessado em junho de 2005.

BAHIA, J. *Jornal História e Técnica: História da Imprensa Brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BANWELL, L. e COULSON, G. Users and user study methodology: the JUBILEE project. *Information Research*, Vol. 9 No. 2, January, 2004. Disponível em <http://informationr.net/ir/9-2/paper167.html>. Acessado em janeiro de 2005.

BOYER, R. Os Modos de Regulação na Época do Capitalismo Globalizado: depois do boom, a crise?. In *Globalização: o Fato e o Mito*. Organização: José Luís Fiori, Marta Skinner de Lourenço e José Carvalho de Noronha. Rio de Janeiro: Ed. EdUERJ, 1998.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista – A Degradação do Trabalho no século XX*. IV Parte: A Crescente Diversificação da Classe Trabalhadora. Ed. Guanabara, 1997.

CABAVILHAS, J. M. Os jornalistas portugueses e a internet. Dezembro, 2004. Disponível em www.bocc.ubi.pt. Acessado em janeiro de 2005.

CASTEL, R. As Metamorfoses do Trabalho. In *Globalização: o Fato e o Mito*. Organização: José Luís Fiori, Marta Skinner de Lourenço e José Carvalho de Noronha. Rio de Janeiro: Ed. EdUERJ, 1998.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo. Paz e Terra, 1999.

CENDON, B. V. Ferramentas de busca na Web. *Ciência da Informação*. Rio de Janeiro. Jan`./abr. 2001, vol.30, no.1, p.39-49. ISSN 0100-1965.

CHOO, C. W. A organização do conhecimento – Uma visão holística de como as organizações usam a informação. In: _____, *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Editora Senac, 2003. p. 253-325. (cap. 5)

CRIVELLARI, H. e OLIVEIRA, M. C. Saber-Fazer: Implicações da Qualificação. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: FGV, 29 (2), abril/junho 1984.

CRIVELLARI, H. O teletrabalho domiciliar e as novas dimensões da sociabilidade. Comunicação apresentada ao GT “Sociedade da Informação: redes sociais, fundamentos da sociabilidade e transformação dos processos políticos”. XXVI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu. 22 a 26 de out. de 2002.

DeGEORGE, W. F. Conceptualization and measurement of audience agenda. *Mass Communication Review Yearbook*. Beverly Hills: Sage, 1981.

DERVIN, B. e NILAN, M. Information needs and uses: A conceptual and methodological review. *Annual Review of Information Science and Technology*, 21, 3-33, 1986.

DERVIN, B. From metatheory to methodology to method: Sense-Making as exemplar. Paper presented at International Communication Association annual meeting, San Francisco, California, May 27. 1999. Disponível em <http://communication.sbs.ohio-state.edu/sense-making/meet/m99dervin.html>. Acessado em novembro de 2004.

DEVADASON, F.J., LINGAN, P. Pratap. A methodology for the identification of information needs of users. IN: IFLA GENERAL CONFERENCE, 62, 1996. Beijing. Disponível em <http://ifla.inist.fr/IV/ifla63/63cp.htm>. Acessado em maio de 2005.

FONTENELLE, A. e CHAVES, D. Adeus às laudas. Artigo publicado na Revista Imprensa. São Paulo. Setembro de 1987. p. 36-38.

FRANÇA, V. V. Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

FERREIRA, S.M.S.P. Estudo de Necessidades de Informação: dos paradigmas tradicionais à abordagem Sense-Making Porto Alegre. 1997. Disponível em <http://www.eca.usp.br/nucleos/sense/textos/approa.htm>. Acessado em novembro de 2004.

FERREIRA, C. G.. Processo de Trabalho e Relação Salarial – um marco teórico-analítico para o estudo de formas capitalistas de produção industrial. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1987.

FOLHA DE SÃO PAULO. Fascínio pela rede completa dez anos. Edição de 25 de maio de 2005. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2005/10anosdeinternet/>. Acessado em junho de 2005.

GARRISON, B. Journalists' perceptions of online information – Gathering problems. A paper presented to the Newspaper Division of the Association for Education in Journalism and Mass Communication, Southeast Colloquium, Lexington, Ky., March 5-6, 1999. Disponível em <http://www.ir.miami.edu/com>. Acessado em 20/01/2005.

_____. Journalists' newsroom roles and their World Wide Web habits. Paper presented to the Mass Communication and Society Division, Association for Education in Journalism and Mass Communication, August 2000, Phoenix. Pg 4. Disponível em <http://www.ir.miami.edu/com/car/phoenix2.pdf>. Acessado em 20/01/2005.

GIBSON, W. *Neuromancer*. São Paulo: Editora Aleph, 1984. p. 56-57.

GONZÁLES DE GOMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. In *Revista Ciência da Informação*, v. 31(n. 1), 2002, pg 27-40, IBICT.

GOULART, A. Informação: precisamos definir esse termo. Artigo disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=286DAC002#>. Acessado em 27/04/2005.

HALL, R. Organizações: Estrutura e Processo. Rio de Janeiro: Editora Prentice-Hall, 3^a. ed. 1984.

HELOANI, J. R. M.. Mudanças no Mundo do Trabalho e Impactos na Qualidade de Vida do Jornalista. São Paulo: FGV, 2003.

INFOJORNAL. Núcleo de Pesquisa em Produção Jornalística Apoiada em Computador do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisa realizada no primeiro semestre de 1997. Disponível em www.ufsc.br/jornalismo. Acessado em junho de 2004.

JOHNSON, Steve. Cultura da Interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

KAYE, B. e MEDOFF, N. The World Wide Web: A mass communication perspective. Mayfield Pub Co. February, 1, 1999.

LAGE, N. O que os jornais precisam fazer para aumentar a qualidade editorial. Palestra no seminário O papel do Jornal – Curitiba, 27.11.97. Disponível na Internet: <http://www.jornalismo.ufsc.br>. Acessado em setembro de 2004.

_____. Linguagem jornalística (5^a edição). São Paulo: Editora Ática, 1997.

_____. Aula inaugural nas universidades do Oeste de Santa Catarina - Unoesc (Chapecó) e Estácio de Sá (Rio de Janeiro). Aula ministrada em 17 de março de 2000. Disponível em <http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/lage-aulainaugural.html>. Acessado em setembro de 2004/

_____. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LE COADIC, Y-F . *La science de l'information*. 2 ed. atual. Paris : Universitaires de France, 1997.

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.p. 17

LIVRO VERDE DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (on-line). Cap.2. Disponível em http://www.uarte.mct.pt/documentos/IV_final_red.html. Acessado em abril de 2005.

MACHADO, E. O ciberespaço como fonte para os jornalistas. Salvador: ed. Calandra. 2003.

MANNARINO, M. V. R. O papel do webjornal: veículo de comunicação e sistema de informação. (Coleção Comunicação, 5). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 98 p.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico. 2ª ed. São Paulo : Atlas, 1997. 256 p.

MARQUES DE MELO, J. A opinião no jornalismo brasileiro. São Paulo: Vozes, 1994.
_____. “Impasses do jornalismo na virada do milênio”. Aula inaugural na Universidade Federal de Santa Catarina, março de 2001.

MASIP, P. Presencia y uso de internet en las redacciones catalanas. 2002. Artigo disponível em
http://www.portalcomunicacion.com/bcn2002/n_eng/programme/prog_ind/papers/m/pdf/m005se12_masip.pdf . Acessado em abril de 2005.

MAXIMIANO, A. C. A. Gerência de Trabalho em Equipe. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1986.

MCGARRY, K.J. Da documentação à informação: um contexto em evolução. Lisboa: Presença, 1984.

MEDITCH, E. Jornalismo como forma de conhecimento. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, jan./jun. 1998.

MEYER, P. Precision Journalism. A Reporter's Introduction to Social Science Methods. Bloomington: Indiana University Press, 1973.

_____. Why journalism needs Ph.D.s. The American Editor, September, 1996.

MORAES NETO, B. R. Marx, Taylor e Ford: as forças produtivas em discussão. Brasiliense, São Paulo, 1989. ISBN 85-11-09043-6.

MÜELLER, S. P. M.; PECEGUEIRO, C. M. P. de. O periódico Ciência da Informação na década de 90: um retrato da área refletido em seus artigos. Ciência da Informação, Brasília, v. 30, n. 2, p. 47-63, maio/ago. 2001

MURAD, A. Os valores-notícia na imprensa oligopolizada e Multimídia: olhares a partir do newsmaking. Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. Setembro. 2002.

NASCIMENTO, M. J. e WESCHENFELD, S. Necessidade de Informação dos Vereadores de Florianópolis: estudo de usuário.. Informação & sociedade, João Pessoa - PB, v. 12, n. 1, p. 252-269, 2002.

PERROW, C. Análise Organizacional: Um Enfoque Sociológico. Cap. 3, p. 74 - 83. SP: Ed. Atlas, 1972.

PINHEIRO, L. e LOUREIRO, J. Traçados e limites da ciência da informação. *Ciência da informação*, Brasília, v. 24, n. 1, jan./abr. 1995.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução, relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan/jun 1996.

SCHAFF, A. *A Sociedade Informática*. 4a edição. Editora Brasiliense, São Paulo, 1993.

SMIT, J. W., BARRETO, A. A. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, M. L. (Org.). *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2002.

SCHMITZ, H. *Automação, microeletrônica e trabalho: A experiência internacional*. P. 131-174. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1988.

SIATRI, R. Information seeking in electronic environment: a comparative investigation among computer scientists in British and Greek universities. Disponível em <http://informationr.net/ir/4-2/isis/siatri.html>. Acessado em maio de 2005.

SOUZA, R. R e ALVARENGA, L. A web semântica e suas contribuições para a ciência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 1, p.132-141, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=71>. Acessado em maio de 2005.

TEIXEIRA, C.M. de S. A Internet e seu impacto nos processos de recuperação da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 26, n. 1, p. 65-71, jan./abr. 1997.

TRAQUINA, N. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

VOGT, C. “O discurso dos meios”. In: *Jornalismo Brasileiro: No caminho das transformações*. Brasília: Laboratório Avançado de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp (Labjor) e Banco do Brasil, 1996.

WOLF, M. *Teorias das comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

Aos jornalistas respondentes: este questionário faz parte de uma pesquisa sobre usos e necessidades de informação por jornalistas, desenvolvida pelo mestrando Evaldo Fonseca Magalhães no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Para as questões 1, 2 e 3, coloque circule o número apropriado, conforme a escala abaixo:

- 1 - Nunca**
- 2 - Raramente**
- 3 - Eventualmente**
- 4 - Com freqüência**

1) Onde você obtém informações e idéias para as matérias e assuntos que cobre?

1 - na Internet.....1 2 3 4

2 - na intranet (banco de dados do próprio EM).....1 2 3 4

3 - em releases de assessorias de imprensa (via e-mail ou fax)...1 2 3 4

4 - por meio de contatos / entrevistas por telefone ou pessoais....1 2 3 4

5 - em conversas com especialistas na área.....1 2 3 4

6 - por meio de outras fontes jornalísticas de informação (jornais, TV, rádio, on-line)

.....1 2 3 4

7 - por outro meio - qual? 1 2 3 4

2) Com que intensidade você usa a internet como ferramenta de trabalho (não leve em consideração os acessos a caixas de webmail)?..1 2 3 4

3) Os motivos listados abaixo o levam a usar a internet no trabalho com qual freqüência?

1 - buscar idéias para matérias1 2 3 4

2 - encontrar informações para aprofundar e contextualizar matérias que está apurando.....1 2 3 4

3 - encontrar fontes e/ou especialistas nos assuntos que está cobrindo.1 2 3 4

5- encontrar fotos e infografias que o auxiliem na produção de notícias .1 2 3 4

5 - receber, via e-mail, newsletters, releases e informações de empresas e órgãos públicos ou privados.....1 2 3 4

6 - outro motivo - qual?.....1 2 3 4

4) As fontes de informação que você usa mudaram nos últimos anos, com o uso da Internet ?

5 - () Não sei

4 - () Nada

3 - () Relativamente

2 - () Bastante

1 - () Totalmente

5) Se você marcou as alternativas 5 ou 4 na questão anterior, vá para a questão 6. Se respondeu outra alternativa, comente, em um texto breve, como as fontes mudaram?

6) Atualmente, qual das ferramentas abaixo você considera mais importante para o seu trabalho como jornalista?

6 - () Telefone

5 - () E-mail

4 - () Internet

3 - () Rádio

2 - () TV

1 - () Outros jornais

7) Quando você encontra na internet informações que se encaixam em matérias que está produzindo, você checa esses dados por outros meios (consultas por telefone, conversas pessoais, pesquisas em bibliotecas físicas) ?

5- () Nunca (*vá para a questão 10*)

4- () Raramente

3- () Eventualmente

2- () Frequentemente

1- () Sempre

8) Caso tenha assinalado 4, 3, 2 ou 1 na questão anterior, isso ocorre:

() Sempre que as informações não tiverem sido obtidas em páginas que considero confiáveis. Mas, em alguns casos, se não houver tempo para a checagem, posso usá-las

() Sempre que as informações não tiverem sido obtidas em páginas que considero confiáveis. Se não houver tempo para a checagem, jamais uso as informações

() Mesmo que eu considere as páginas confiáveis, é necessária a checagem das informações. Só não faço isso se não houver tempo.

() Mesmo que eu considere as páginas confiáveis, é necessária a checagem das informações. Se não houver tempo para fazer isso, não uso as informações.

9) De todos os motivos abaixo, quais os dois que você considera mais importantes para fazer a checagem das informações obtidas na internet?

4- () Quando as fontes digitais são de credibilidade duvidosa

3 - () Quando as informações são encontradas em sites que teriam interesse em veiculá-las daquela forma

2 - () Nos casos em que a pesquisa possa não ter sido feita apropriadamente, é necessária a checagem ds informações encontrados. Do contrário, não haveria essa necessidade

1 - () A internet nunca é confiável, não importando os sites consultados

10) Observe o *history* de endereços de seu navegador e, fora os acessos a caixas de webmail, cite, em ordem de importância, cinco endereços de internet você considera mais úteis para o seu trabalho.

- 1)
- 2)
- 3)
- 4)
- 5)

11) Você acessa sites especializados em buscas para jornalistas?

2 - () sim

1 - () não

12) Se sim, diga qual ou quais, até três?

- 1)
- 2)
- 3)

13) Entre as contribuições da internet ao trabalho jornalístico, comente defendidas e listadas abaixo, quais as três que você considera mais importantes?

7 - () manancial inesgotável de informações proporciona aumento da qualidade do trabalho

6 - () redução no tempo de produção de notícias, com economia de “sola de sapato”

5 - () com as novas Tecnologias de Informação, as empresas jornalísticas agilizaram seus processos e melhoraram as condições de trabalho dos empregados

4 - () facilidade de acesso a fontes, seja por e-mails, sites ou grupos de discussão

3 - () Confiabilidade de informações encontradas

2 - () simplicidade para fazer pesquisas úteis ao trabalho

1 - () Outra - qual?.....

14) Entre as desvantagens da internet para a sua área, comumente defendidas e listadas abaixo, quais as três que você considera mais importantes?

7 – () muita informação, mas pouca qualidade

6 - () facilidade de acesso a dados pode tornar os jornalistas comodistas e dependentes de tecnologias que são sujeitas a falhas

5 - () Com as novas Tecnologias de Informação, as empresas melhoraram seus processos, mas tendem a reduzir o número e a piorar as condições de trabalho de seus empregados

4 - () Dificuldade no acesso a fontes, seja por e-mails ou grupos de discussão

3 - () falta de credibilidade de algumas informações encontradas

2 - () complexidade para fazer pesquisas úteis ao trabalho

1 - () Outra - qual?.....

15) Como você classifica sua habilidade para a busca e recuperação de informações na internet?

4- () Geralmente, eu encontro toda a informação que preciso com pouca ou nenhuma dificuldade

3 - () Apesar de conhecer e saber usar os motores de busca e outros mecanismos de navegação na internet, tenho dificuldades para encontrar informação aproveitável na rede

2 - () Preciso desenvolver minhas técnicas de pesquisa para que possa encontrar informações de qualidade na internet de maneira mais rápida e efetiva

1 – () Outra classificação -qual?.....

16) Você já recebeu algum treinamento para utilização da internet no trabalho como jornalista?

2 - () Sim

1 - () Não

17) Você considera esse procedimento necessário?

2- () sim

1 - () não

18) Há quantos anos você usa a internet em seu trabalho?

- 4- () Menos de um ano
- 3 - () De 1 a 3 anos
- 2 - () De 4 a 6 anos
- 1 - () Há mais de 6 anos

19) Ao pesquisar na internet, durante o trabalho, você considera o seu conhecimento de inglês suficiente para que obtenha bons resultados em páginas escritas nessa língua?

- 2- () Sim
- 1-() Não

20) Como você classifica o domínio da língua inglesa para que o jornalista, especificamente, possa fazer bom uso dessa ferramenta de trabalho?

- 4- () Nada importante
- 3 - () Relativamente importante
- 2 - () Muito importante
- 1 - () Imprescindível

21) Você está preenchendo esse questionário como um (a):

- 7 - () jornalista de ciência
- 6 - () jornalista de assuntos gerais
- 5 - () jornalista de economia
- 4 - () jornalista de política
- 3 - () jornalista de cultura
- 2 - () jornalista de esportes
- 1 - () jornalista de outro assunto..... (qual?):

22) Sexo

- 2 - () Masculino
- 1 - () Feminino

23) Idade:

- 1 - () 18-25 anos
- 2 - () 26-35 anos
- 3 - () 36-45 anos
- 4 - () 46-55 anos
- 5 - () 56-65 anos
- 6 - () mais de 65 anos

24) Utilize o espaço abaixo para fazer algum comentário ou acrescentar alguma informação a esta pesquisa.